1ª VERSÃO ALTERADA DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

A **EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP**, em razão de solicitação da **Diretoria de Engenharia e Manutenção - DEM**, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, tipo **Menor Preço Global**, em vista do que consta nos autos do Processo Administrativo 0064/2016 - EMAP, de 13/01/2016 e em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, Decreto Estadual nº 21.040, de 17 de fevereiro de 2005, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147 de 07 de agosto de 2014 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A Sessão Pública do Pregão terá início às **10:00 horas, Hora Local, do dia 03 de Novembro de 2016, Hora Local, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na EMAP nesta data**, devendo o credenciamento e a entrega dos envelopes, contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e seus Anexos, serem feitos na Comissão Setorial de Licitação - CSL/EMAP, situada no prédio sede da EMAP, localizado na Avenida dos Portugueses, s/n, Porto do Itaqui, em São Luís – MA, na data e horário acima mencionados.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís - MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no item 2 - Detalhamento do Objeto, conforme Termo de Referência e a minuta do contrato, constantes dos anexos I e XIII, deste Edital;

1.2. O valor máximo para a contratação dos serviços, compreendendo o fornecimento de todos os insumos e materiais necessários para a execução do objeto da Licitação, bem como a mão de obra, implantação de canteiro de obras e todos os equipamentos necessários para o início imediato dos serviços é de R$ 4.330.213,44 (quatro milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e treze reais e quarenta e quatro centavos).

1.3. O prazo de execução do serviço objeto deste contrato é de no máximo 12 (doze) meses, com inicio a partir da data contida na Ordem de Serviço emitida pela EMAP e observará obrigatoriamente a vigência contratual, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme estabelece o art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93, em razão da natureza contínua deste serviço.

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

2.1.1 A apresentação de impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

2.1.2 O pedido de impugnação deverá ser protocolizado, no Setor de Protocolo da EMAP, localizado no Prédio sede da EMAP, na Avenida dos Portugueses, s/n, Itaqui, São Luís-MA, dentro do horário de expediente da EMAP, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

2.1.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

2.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
2.3 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3. CONIDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que tenham o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das Propostas, constantes deste Edital e seus anexos.
3.2 Não pode participar diretamente desta licitação ou da execução do contrato:

a) Autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
b) Empresa responsável pela elaboração do projeto ou da qual o autor do projeto, seu cônjuge ou parente até 3º (terceiro) grau, seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
c) Empresa que se encontre em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
d) Servidor ou dirigente da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP;
e) Pessoa jurídica impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar e contratar;
f) Pessoa jurídica que tenha participado ou que participe de pessoa jurídica punida na forma da alínea anterior;
g) Pessoa física impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar e contratar ou que integre ou tenha participado como proprietário, sócio, dirigente ou cotista de pessoa jurídica punida na forma das alíneas anteriores.
h) Empresas que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
i) Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.3 Não podem participar, direta ou indiretamente desta licitação, do contrato ou do fornecimento dos bens e serviços a estes necessários, aquele que mantiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou parentesco, de até 3º grau, com o Pregoeiro ou membro da Comissão Setorial de Licitação da EMAP.
3.4 Não podem participar, concorrendo entre si, empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 A licitante que quiser dar lances verbais deverá se apresentar para credenciamento, pontualmente, na data, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
4.2 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, ou por **Carta de Credenciamento** conforme modelo constante do Anexo III, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.
4.3 Os documentos citados no subitem anterior (instrumento público de procuração ou instrumento particular ou Carta de Credenciamento) deverão estar **acompanhados de cópia do Ato Constitutivo, ou Contrato Social da empresa ou cópia da ata de eleição dos administradores** (no caso de sociedade por ações) que identifiquem os seus responsáveis legais, sócios ou não, onde estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Esses documentos devem ser apresentados **separados dos envelopes de "proposta de preços" e "documentos de habilitação"**. Caso a pessoa interessada seja o proprietário ou próprio administrador, sócio ou não, da licitante, esta deverá se apresentar munida da cópia do Ato Constitutivo

ou Contrato Social da empresa, ou cópia da ata de eleição dos administradores (no caso de sociedade por ações).

4.4 A licitante deverá apresentar, ainda na fase de credenciamento, **Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo X**, ou modelo próprio da licitante, desde que contenha a informação de que tem conhecimento e atende plenamente as exigências de habilitação.

4.5 É facultada ao licitante a apresentação do credenciamento de que trata o **subitem 4.2**. A falta desse documento somente impedirá que o representante da licitante se manifeste ou responda pela mesma durante o processo licitatório.

4.6 Em se tratando de Microempreendedor Individual-MEI, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar dos benefícios previstos nos artigos 43 a 45 da citada Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, através da **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo XII** deste Edital ou modelo próprio da licitante desde que contenha as informações solicitadas no citado **Anexo XII**.

4.7 Não será admitida a participação de dois ou mais representantes para a mesma empresa, bem como de um representante para mais de uma empresa.

4.8 Aberta a sessão, o Pregoeiro informará a metodologia a ser desenvolvida prestando os esclarecimentos necessários sobre o desenvolvimento dos trabalhos, e convocará os licitantes interessados, para na forma dos subitens anteriores, realizarem o credenciamento de seu representante.

4.9 Encerrado o credenciamento e iniciada a abertura do primeiro envelope de propostas de preços, o ingresso de licitantes ao recinto será permitido apenas ao interessado assistir a sessão, sem perturbar os trabalhos, não sendo mais admitidos, a partir desse momento, novas propostas/licitantes.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados **pessoalmente pelo interessado**, no local, dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, com o seguinte conteúdo, de apresentação obrigatória:

a) Número do Pregão e o nome ou razão social da licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem

como dados bancários (nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento);

b) **Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Segurança e Saúde do Trabalho**, podendo ser utilizado modelo constante do **Anexo XI**, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas;

c) **Planilha de Preços,** expressa em Reais (R$), assinada na última folha e rubricada nas demais, informando no cabeçalho, Encargos Sociais, BDI e data, compreendendo a discriminação dos serviços, com indicação do preço unitário e total com base no quantitativo dos itens constantes no **Modelo de Proposta de Preços - Anexo II**, compreendendo a discriminação dos produtos, já incluídos todos os itens de despesas suportados pela licitante e tributos porventura existentes, seja qual for o título ou a natureza (mão-de-obra, equipamentos, alimentação, EPI's, EPC's, materiais, serviços, alimentação, impostos, taxas, transporte, fretes, encargos sociais, locais, comerciais, trabalhistas e tudo mais que possa influenciar no custo final do objeto da licitação);

c.1) Os preços unitários da Planilha de preços da Licitante, após a fase de lance, não devem ser superiores aos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária da EMAP, integrante do **Projeto Básico, Anexo I** deste Edital.

d) **Planilha de Composição dos Custos Unitários**, em duas casas decimais, com base em todos os itens do **Modelo de Composição dos Custos Unitários** constante do **Anexo IV** deste Edital, podendo ser utilizado modelo próprio da licitante desde que contenha os percentuais de Benefício e Despesas Indiretas-BDI e encargos sociais aplicados, bem como todas as informações solicitadas, excluídos os tributos relativos ao IRPJ e à CSLL, na forma do Acórdão nº. 644/2007 – TCU/PLENÁRIO.

d.1) O licitante deverá na composição de preços unitários de mão-de-obra observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho dos municípios onde ocorrerão os serviços, ou, quando esta abranger mais de um município;

e) **Planilha de Composição de BDI**, em duas casas decimais, podendo ser utilizado o Modelo de BDI constante dos **Anexos VI e VII** deste Edital, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas, **excluídos os tributos relativos ao IRPJ e à CSLL**, na forma do Acórdão nº. 644/2007 – TCU/PLENÁRIO;

f) **Planilha de Composição de Encargos Sociais**, podendo ser utilizado o Modelo de Planilha constante do **Anexo V** deste edital, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas;

g) Preço total expresso em reais (R$), em algarismo e por extenso, permitidas apenas duas casas decimais, após a vírgula, já incluídas todas as despesas relacionadas direta ou indiretamente aos serviços;

h) **Cronograma Físico-Financeiro**, podendo ser utilizado o Modelo de Planilha constante do **Anexo VIII** deste edital, ou modelo próprio da licitante desde que contenha todas as informações solicitadas;

i) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua apresentação;

j) Prazo de execução do Contrato igual a 12 (doze) meses, com inicio a partir da data contida na Ordem de Serviço emitida pela EMAP e observará obrigatoriamente a vigência contratual.

6.2 A licitante deverá considerar na formulação dos preços todos os tributos vigentes e eventuais benefícios/incentivos fiscais, quando houver, observando as condições a seguir:

6.2.1 A licitante cujo estado de origem de faturamento seja diferente do estado de destino do fornecimento ou do serviço, quando couber, deverá calcular o valor do ICMS na Proposta, acrescendo ao seu preço final a alíquota interna do Estado de origem do fornecimento do(s)

bem(ns) ou do serviço, bem como, para emissão da respectiva Nota Fiscal, visto que a EMAP não é contribuinte deste tributo.

6.2.2 Caso a licitante ou o(s) materiais/produtos tenha(m) algum benefício/incentivo fiscal, obtido com base na legislação vigente, este deverá ser considerado na composição do preço. Obrigatoriamente, a licitante deverá anexar à Proposta Formal escrita comprovante de que faz jus ao referido benefício/incentivo fiscal.

6.3 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

6.4 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, seja com relação a preço, prazo ou qualquer item que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

6.5 A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta não será causa de desclassificação.

6.6 O Pregoeiro poderá corrigir quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, com base no valor unitário, e poderá incluir o preço global da proposta, se faltar.

6.7 Caso algumas das informações descritas na alínea “a” do subitem 6.1 não constem na proposta, poderão ser encaminhadas posteriormente até a data de assinatura do Contrato.

6.8 Caso o prazo de validade da proposta e/ou prazo de execução do serviço sejam omitidos na Proposta de Preços ou estejam em desacordo com o Edital, a licitante não será desclassificada e o Pregoeiro entenderá como sendo iguais aos previstos nas alíneas “i” e “j” do subitem 6.1 deste Edital.

7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Encerrado o credenciamento o Pregoeiro procederá à imediata abertura dos envelopes de propostas de preços apresentadas e classificará para a fase de lances verbais o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2 Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro selecionará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), colocadas em ordem crescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, observado o valor máximo da contratação, para que os representantes legais das licitantes participem, também, da etapa de lances verbais.

7.3 Os licitantes credenciados selecionados, conforme os subitens anteriores, serão convidados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais inferior ao último por ele ofertado ou inferior a qualquer lance de outro licitante, a partir do autor da proposta selecionada de maior preço, em ordem decrescente de valor.

7.4 O pregoeiro, antes de iniciar a fase de lances, poderá definir o percentual ou valor mínimo de diferença entre os lances e tempo máximo para sua formulação.

7.5 No caso de absoluta igualdade entre duas ou mais propostas de preço, escritas melhor classificadas, o desempate será decidido por sorteio, para definir, entre as empresas empatadas, a que dará o primeiro lance.

7.6 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.8 Quando os licitantes credenciados não manifestarem mais interesse em apresentar lances, será encerrada a respectiva fase.

7.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.10 Encerrados os lances, as propostas de microempresa e de empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior ao preço da proposta mais bem classificada (menor preço) serão consideradas empatadas com a primeira colocada, devendo estas licitantes serem convocadas na ordem de classificação, uma na falta da outra, para fazer uma única e última oferta, inferior a da primeira colocada, visando o desempate.

7.10.1 Aplica-se o disposto no item anterior somente no caso da proposta inicialmente mais bem classificada não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.11 Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.12 O Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.13 Sendo aceitável a oferta de menor lance, será verificado o atendimento pela licitante de todas as exigências editalícias. Caso contrário o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências constantes deste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora nessa fase.

7.14 **Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:**

7.14.1 Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;

7.14.2 Não estiver acompanhada do Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Saúde e Medicina do Trabalho, ou não conter o citado termo, de acordo respectivamente com o **Anexo XI** deste Edital, salvo se o interessado credenciado presente na sessão produzir este documento no momento em que for constatada a sua falta na própria sessão;

7.14.3 Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, preços unitários superiores aos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária da EMAP, integrante do Anexo I - Projeto Básico deste Edital ou ainda preço global superior ao valor máximo estimado para contratação dos serviços previsto no subitem 1.2 do Edital;

7.14.4 Apresentar prazo de validade da proposta e prazo de execução do serviço em desacordo com o estabelecido nas alíneas “i” e “j”, do subitem 6.1 deste Edital e não corrigi-lo(s) ou saná-lo(s) conforme previsto no subitem 6.8 deste Edital;

7.14.5 Apresentar proposta de preço com qualquer item com especificação e/ou quantitativos divergentes dos previstos no **Anexo II** – Modelo de Proposta de Preços, deste Edital, que venha a comprometer significativamente o objetivo final da contratação;

7.14.6 Deixar de apresentar preço para qualquer item constante do objeto do **Anexo II -** Modelo de Proposta de Preço, deste Edital;

7.14.7 Forem omissas ou as que apresentem irregularidades ou falhas insanáveis capazes de dificultar o julgamento;

7.14.8 Forem apresentadas com rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores;

7.14.9 Forem apresentadas por fax, via postal, meio eletrônico, ou por qualquer outro meio divergente ao estabelecido neste Edital.

7.15 Quando todas as propostas de preço forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de até 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas.

7.16 O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, negociar os preços visando sua redução.

7.17 Aceita a proposta de menor preço, será aberto o Envelope de Documentos de Habilitação, contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado para a verificação de suas condições habilitatórias.

7.18 Constatado o pleno atendimento das exigências editalícias a licitante será declarada vencedora, devendo apresentar no prazo de 03 (três) dias a proposta de preços devidamente ajustada ao lance ou ao valor negociado, sendo-lhe adjudicado, se não houver protesto por recurso, o objeto definido neste Edital e seus Anexos.
7.19 Verificando-se discordância no preço parcial, o mesmo poderá ser corrigido com base no preço unitário e na quantidade efetivamente ofertada. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os por extenso, predominarão os últimos, deste que estes satisfaçam aos interesses da EMAP independentemente de consulta ao licitante.
7.20 O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas de preços e da documentação de habilitação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
7.21 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, sendo, ao final, assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

8. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

8.1 A Documentação de Habilitação deverá ser entregue, no local, dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, em 01 (uma) via, em envelope devidamente fechado, identificado conforme o indicado no subitem 5.1.
8.2 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou o menor lance, procedendo a sua habilitação ou inabilitação.
8.3 A participação, no presente procedimento licitatório, requer a apresentação de toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

I. **Habilitação jurídica;**
II. **Regularidade fiscal e trabalhista;**
III. **Qualificação econômico-financeira;**
IV. **Qualificação técnica;**
V. **Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

8.3.1 Relativa à **Habilitação Jurídica**:
a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente atualizado e registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores. Estes documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou de documentos consolidados, se houver, devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente;
c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
d) **Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA),** comprobatória da situação atualizada do seu registro, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em atendimento ao disposto no art. 28, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e cumprimento aos termos do Decreto Estadual nº 21.040/2005, exigível somente para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão. O **Microempreendedor Individual-MEI**, em razão do seu tipo jurídico e de seu procedimento de registro, alteração, baixa e legalização ser realizado pelo Portal do Empreendedor, no qual expressa a sua situação cadastral com o número do seu registro e CNPJ, considerados certidões, está dispensado de apresentar a citada certidão da JUCEMA.

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.3.2 Relativa à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), incluindo os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91 **(INSS)**, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1.751, de 02.10.2014;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação das seguintes certidões:

c.1) Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;

c.2) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

c.3) Quando a prova de regularidade de que trata a alínea "c" for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante apresentação das seguintes certidões:

d.1) Certidão Negativa de Débitos Municipais, e;

d.2) Certidão Negativa quanto à Divida Ativa Municipal;

d.3) Quando a prova de regularidade de que trata a alínea "d" for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição, sendo que para as empresas estabelecidas no município de São Luís-MA., a prova de regularidade deverá ser feita mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos,** conforme Instrução Normativa n.º 04/2016-GS-SEMFAZ..

e) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

f) Prova de regularidade trabalhista mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;**

8.3.3 A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.3.3.1 **Certidão Negativa de Falência** (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço e dos documentos de habilitação, quando não vier expresso o prazo de validade.

8.3.3.2 **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.3.3.3 Entenda-se como "último exercício social já exigível" o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do ano 2015, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1999/2014 – Plenário – TCU).

8.3.3.4 Entenda-se como **"apresentados na forma da lei"** o seguinte:

a) **Para os empresários e sociedades empresárias em geral, usuárias do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED:** mediante apresentação de escrituração contábil digital (balanço e demonstrações), com autenticação dos livros contábeis digitais comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme art. 1º do Decreto 8.683/2016, de 26.2.2016.

b) Nos demais casos:

I. Para os empresários e sociedades empresárias: cópia autenticada do balanço Patrimonial e demonstrações contábeis **extraída do Livro Diário**, acompanhada dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69);

II. Para as sociedades empresárias anônimas (regidas pela Lei nº 6.404/76): cópia autenticada do balanço Patrimonial e demonstrações contábeis publicados em Diário Oficial e/ou em Jornal de grande circulação, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante (caput do artigo 132 e 176, e caput e § 5º do art. 289, da Lei nº 6.404/76);

III. Para as sociedades simples constituídas segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil: mediante cumprimento das normas fixadas para as sociedades empresárias em geral, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial, nos termos do art. 983 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.3.3.5 A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através da apresentação pelo licitante de memória de cálculo de índices contábeis, utilizando-se as fórmulas abaixo e demonstrando que os resultados atendem aos valores mínimos pré-estabelecidos:

8.3.3.5.1 **Índice de Liquidez Geral (ILG).**

$$\textbf{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível de Longo Prazo}} \geq \textbf{1,0}$$

8.3.3.5.2 **Índice de Liquidez Corrente (ILC).**

$$\textbf{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \textbf{1,0}$$

8.3.3.5.3 **Solvência (SO).**

$$\textbf{SO} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \geq \textbf{1,0}$$

a) As empresas que apresentarem resultado do ILG e/ou ILC e/ou SO menor do que o exigido (≥ 1), quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação.

b) Ocorrendo alteração do Capital Social após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação que comprove essa alteração, devidamente registrada na Junta Comercial, incluindo, no caso de empresas estabalecidas no Estado do Maranhão, apresentação de Certidão atualizada da Jucema (Decreto Estadual nº 21.040/05).

c) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante a apresentação do Balanço de Abertura, em que deverá constar elementos que comprovem a boa situação financeira da mesma.

8.3.3.6 **Certidão Negativa de Falência** (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço e dos documentos de habilitação, quando não vier expresso o prazo de validade.

8.4 A **Qualificação Técnica Operacional** será comprovada mediante a apresentação do seguinte documento:

8.4.1 **Prova de inscrição ou registro da licitante**, **junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, que comprove atividade relacionada com o objeto;

8.5 A **Qualificação Técnica - Profissional**:

8.5.1 **Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, profissional(is) de nível superior,** reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) a:

8.5.1.1 Execução de serviços de manutenção de sistema de defensa marítima.

8.5.2 A comprovação de vínculo do profissional com a licitante deverá ser feita por meio de Prova de Registro da empresa no CREA em que figure o profissional disponibilizado como responsável técnico ou Registro em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou ART de Cargo ou Função.

8.5.3 Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto do Projeto Básico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.5.4 **Atestado de Visita Técnica**, fornecido pela EMAP, comprovando que a licitante visitou o local para constatar as condições dos locais onde serão realizados os serviços objeto desta licitação ou Declaração da licitante de que tomou conhecimento das condições dos locais onde será realizada a obra/serviços, conforme modelo de Declaração constante do **Anexo IX** deste Edital.

8.5.4.1 A licitante deverá ter pleno conhecimento dos requisitos, termos e condições do Edital, bem como do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar desconhecimento como fator impeditivo da correta formulação das propostas.

8.5.4.2 A licitante que desejar ter conhecimento dos locais onde serão executados os serviços poderá realizar visita técnica, até o segundo dia útil anterior à data da licitação, devendo agendar o dia e o horário da visita de seu representante, através dos telefones (98) 3216-6000 ou 3216-6048 ou 3216-6033, falar com a Sr. **Charles Eloir ou Ulysses Pereira**. A licitante interessada em realizar a visita técnica deverá comparecer à EMAP, no Porto do Itaqui, s/n, São Luís - MA, no horário e dia agendados.

8.5.4.3 No momento da realização da visita, será exigida do visitante a apresentação dos seguintes documentos:

8.5.4.3.1 Carta de credenciamento–do representante, emitida em papel timbrado da empresa interessada.

8.5.4.3.2 Cédula de Identidade do representante credenciado da licitante ou documento equivalente.

8.5.5 O licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.5.6 **Declaração de que não emprega menores** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, nos termos do **Anexo XIV**.

8.6 **Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação**, nos termos do Anexo XIII (apresentar somente para a empresa que optar pelo disposto no subitem 8.9 deste Edital).

8.7 As provas de regularidade fiscal e trabalhista poderão ser confirmadas, por diligência feita pelo Pregoeiro, inclusive por meio eletrônico de comunicação à distância.

8.8 As **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de **regularidade fiscal** relacionadas no item 8.3.2, mesmo que esta apresente alguma restrição, assegurado, todavia, o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, ou diretamente 10 (dez) dias úteis, a critério do Pregoeiro, para reapresentação da documentação devidamente regularizada.

8.9 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação e a licitante será considerada inabilitada, cabendo à Administração selecionar a oferta subsequente em ordem de preço, verificando se existem outros licitantes com direito de preferência no mesmo intervalo, quando for o caso, e proceder ao exame de conformidade da proposta, a sua aceitabilidade e a habilitação da licitante, e assim sucessivamente até encontrar uma que atenda aos requisitos do Edital e aos interesses da EMAP.

8.10 A apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP ou de outro órgão da Administração Pública Federal ou de outros Estados, substituirá os documentos enumerados nas alíneas a), b) e e) do subitem 8.3.1, obrigando-se a licitante a apresentar o referido Certificado acompanhado da **Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da sua Habilitação**, conforme o modelo do **Anexo XIII** deste Edital.

8.11 **Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada através de Cartório competente, ou pela CSL da EMAP, sendo neste último caso com antecedência de até 01 (um) dia da data marcada para a abertura dos envelopes, mediante a apresentação dos originais para confronto**.

8.12 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.13 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

9. DOS RECURSOS

9.1 Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório, poderá o licitante, na forma **do Inciso XVIII, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002**, ao final da Sessão Pública manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrada em Ata a síntese das suas razões de recorrer.

9.2 A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da Sessão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.3 Havendo manifestação da intenção de recurso, caberá ao licitante juntar os memoriais relativos aos recursos registrados em Ata no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da citada Ata.

9.4 Cientes os demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem contrarrazões também em 03 (três) dias, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
9.5 O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.
9.6 Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Presidente da EMAP, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
9.7 Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Presidente da EMAP, poderá homologar este procedimento licitatório, cabendo à EMAP a contratação com a(s) licitante(s) vencedora(s).

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

10.1 Após a homologação do resultado da presente licitação pelo **Presidente da EMAP**, a empresa adjudicatária será convocada, por meio de correspondência específica, pela **EMAP**, para no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data de ciência da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12 deste Edital.
10.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela EMAP.
10.3 A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, prestar a garantia, se houver, e receber a Ordem de Serviço, dentro do prazo estabelecido pela EMAP, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.
10.4 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar comprovação de regularidade com a CAEMA, consoante determina o Decreto Estadual nº 21.178, de 26/04/05, exceto no caso de empresas sediadas em outras unidades federativas que não possuam filial no Estado do Maranhão, hipótese na qual será dispensada da referida exigência.
10.5 A contratação fica condicionada à confirmação da autenticidade das certidões sujeitas à confirmação e à consulta prévia pela EMAP ao Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.
10.6 Por determinação da Lei Estadual nº 10.182, de 22/12/2014, a CONTRATADA deverá manter em seu quadro de empregados, durante toda a execução do Contrato, egressos do sistema prisional nas seguintes proporções:

a) 5% (cinco por cento) das vagas, quando da contratação de 20 (vinte) ou mais trabalhadores;
b) 1 (uma) vaga, quando da contratação de 6 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores;
c) A reserva de vaga constante do subitem anterior será exigida da vencedora da licitação quando da execução do contrato.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 A garantia será prestada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, no percentual de 5% do valor global contratado, em uma das modalidades a seguir, não sendo concedido, em nenhuma hipótese, prazo para apresentação da garantia após esse prazo:

11.1.1 Em dinheiro;
11.1.2 Seguro garantia;
11.1.3 Fiança bancária somente emitida por instituição financeira devidamente credenciada junto ao Banco Central do Brasil;

11.1.4 Títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.2 Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

11.3 Se a opção recair em Seguro Garantia a mesma deverá ser feita mediante entrega da Apólice em original, acompanhada de comprovante de pagamento do respectivo prêmio, devendo ainda conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 03 (três) meses consecutivos após o prazo de validade do contrato.

11.4 Se a opção recair em Fiança Bancária a mesma deverá ser feita mediante entrega da Carta de Fiança, em original, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) do emitente devidamente comprovado, devendo conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 30 (trinta) dias consecutivos após o prazo de validade do contrato.

11.5 Caso ocorra prorrogação do Contrato, a Contratada fica obrigada a apresentar no ato da assinatura do termo aditivo ou em até 15 (quinze) dias dessa data, a critério da EMAP, a renovação da caução prestada quando a mesma tiver sido feita nas modalidades de seguro garantia ou fiança bancária.

11.6 A Empresa Maranhense de Administração Portuária poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

11.7 Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

11.8 A garantia será restituída após o cumprimento das obrigações contratuais devidamente atestada pela Fiscalização e/ou Comissão da EMAP designada para esse fim.

11.9 Se a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar, aceitar ou retirar o contrato e/ou prestar a garantia e/ou receber a Ordem de Serviço, dentro do prazo estabelecido pela EMAP, hipóteses em que se caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, a Sessão será retomada e as demais licitantes serão chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades contidas no Edital.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a sua proposta, tumultuar e perturbar qualquer ato da sessão pública da licitação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, apresentar documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado, pelo prazo de 02 dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

12.2 Se a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou prestar a garantia de execução, se houver, dentro do prazo estabelecido, hipóteses em que se caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, a Sessão será retomada e as demais licitantes serão chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a licitante desistente às seguintes penalidades:

12.2.1 suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de assinar contratos com o Estado pelo prazo de até 2 (dois) anos, de acordo com o disposto no Art. 7º do Decreto nº 28.905, de 05.03.2013;

12.2.2 declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contrato com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos ou até que ele cumpra as condições de reabilitação;

12.2.3 impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado pelo prazo de até 5 (cinco) anos e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos - SGC por igual prazo.

12.3 Além das penalidades estabelecidas anteriormente, a EMAP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

12.3.1 Advertência escrita.

12.3.2 Multa de 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado, na hipótese de a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou prestar a garantia de execução, se houver, dentro do prazo estabelecido pela EMAP.

12.4 A multa a que se refere o subitem anterior será descontada da garantia, se houver, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

12.5 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Orçamento da EMAP, Fonte 227 – Recursos das Empresas Estatais – Infraestrutura Portuária – Manutenção e Reparos em Engenharia, no valor de **R$ 4.330.213,44 (quatro milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e treze reais e quarenta e quatro centavos).** para o exercício financeiro de 2016/2017.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

14.2 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

14.2.1 Excepcionalmente, e a critério exclusivo da EMAP, mediante requerimento fundamentado da empresa adjudicatária, a assinatura do contrato poderá ocorrer fora da sede da licitante.

14.2.2 Caso tenha deferido o pedido de assinatura do contrato fora da sede da EMAP, e observado, em qualquer hipótese, o prazo indicado no item 10.1, a empresa adjudicatária procederá à impressão colorida e integral de 03 (três) vias do contrato e dos respectivos anexos. Competir-lhe-á, ainda, reconhecer em cartório a firma do respectivo signatário do instrumento contratual e da respectiva testemunha, remetendo, nas vinte e quatro horas seguintes a esse reconhecimento, por companhia aérea, as três vias do termo contratual e de eventual documentação requerida no ato de convocação.

14.3 Fica assegurado à **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP** o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

14.4 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
14.5 Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
14.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
14.7 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP**.
14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.
14.9 No julgamento da habilitação e das propostas, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
14.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
14.11 O resultado desta licitação será comunicado no mesmo dia do julgamento, se proferido no dia da abertura, ou mediante publicação na Imprensa Oficial e/ou Jornal de grande circulação, e/ou no sítio da EMAP, e/ou mediante comunicação diretamente aos interessados através de Fax e/ou e-mail.
14.12 Este Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no sítio www.emap.ma.gov.br, no link Licitações, podendo ainda ser adquirido gratuitamente, por meio eletrônico, na CSL/EMAP, durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, hora local.
14.13 **Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital, a licitante deverá acessar o sítio da EMAP www.emap.ma.gov.br, no link Licitações para acompanhamento de quaisquer alterações, erratas, adiamento, esclarecimentos, julgamento de impugnação, revogação, anulação e demais informações complementares referentes ao presente Edital.**
14.14 Caso seja necessária a interrupção da sessão, os autos do processo ficarão sob a guarda do Pregoeiro, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
14.15 São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Projeto Básico e seus anexos.
ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços.
ANEXO III – Carta de Credenciamento.
ANEXO IV – Modelo de Composição de Custos Unitários.
ANEXO V – Modelo de Planilha de Composição dos Encargos Sociais.
ANEXO VI – Modelo de BDI – Fornecimento.
ANEXO VII – Modelo de BDI – Serviços.
ANEXO VIII – Modelo Cronograma Físico-Financeiro.
ANEXO IX – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições dos Locais onde será realizada a obra/serviço.
ANEXO X – Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação.
ANEXO XI – Modelo de Termo de Compromisso de Cumprimento da Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Saúde e Medicina do Trabalho.
ANEXO XII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
ANEXO XIII – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação.
ANEXO XIV – Declaração das Condições de Empregabilidade de Menor.
ANEXO XV – Minuta do Contrato.
ANEXO XVI – Normas de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho para Empresas Contratadas e Prestadoras de

Serviço no Porto do Itaqui.

ANEXO XVII – Regras de ouro no Trânsito do Porto do Itaqui.

São Luís/MA, 18 de Novembro de 2016.

Caroline Santos Maranhão
Presidente da CSL/EMAP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

O escopo da contratação e sua quantidade estão discriminados na estrutura sintética da planilha de fornecimento, conforme legislações, normas, regulamentos, especificações mencionadas neste Termo de Referência.

A empresa contatada deve prestar manutenção nos Sistemas de Proteção dos Paramentos dos Caís (Defensas) de responsabilidade da EMAP, sendo a contratada responsável pelo fornecimento de toda mão de obra especializada e em quantidade suficiente para a execução dos serviços, sendo também responsável pela inspeção, movimento, transportes e reinstalação, devendo prever a utilização de equipamento e ferramental para a detecção de defeitos, além de todos os materiais de consumo necessário, conforme Plano de Manutenção, além de elaborar os relatórios de Manutenção.

2.1 PLANO DE MANUTENÇÃO

O Plano de Manutenção dos Sistemas de Proteção dos Paramentos dos Caís de responsabilidade da EMAP, tem as suas rotinas de execução descritas a seguir:

- Inspeção do Paramento para verificação de danos existentes;
- Inspeção dos elementos de borracha quanto a rasgos ou rachaduras existentes;
- Inspeção do revestimento em poliuretano UHMW quando à existência de placas quebradas ou faltantes e parafusos quebrados;
- Inspeção do painel frontal metálico quanto à existência de trincas, massas e pontos de corrosão;
- Retirada do painel metálico, caso necessário;
- Retirada do elemento de borracha, caso seja constatado danos no elemento de borracha ou no paramento;
- Desmontagem das placas de revestimento do painel metálico; - Raspagem, jateamento e limpeza das superfícies metálicas;
- Substituição dos parafusos de fixação das placas de revestimento que estiverem danificados ou faltando;
- Execução de serviços de caldeiraria com substituição de chapas e perfilados, com serviços de corte e solda, necessário para a recuperação estrutural completa do painel frontal;
- Fornecimento e instalação dos parafusos de fixação do painel metálico ao elemento de borracha;
- Recuperação do paramento do cais nos pontos onde sejam necessários, utilizados materiais que recomponham as características originais do mesmo;

- Fornecimento e instalação dos conjuntos de chumbadores com porcas danificadas ou que estejam faltando, tanto para os elementos de borracha quanto para os elementos de segurança (olhais).
- Tratamento de superfície e aplicação de uma demão de tinta de fundo epóxi-mastique na espessura de película seca de 100 mícron;
- Lixamento completo do painel metálico, limpeza com solvente e aplicação de duas demãos de acabamento poliuretano e epóxi bi-componente na cor original;
- Fornecimento das placas de Polietileno UHMW que estiverem danificadas ou faltando, recompondo o sistema de revestimento e fornecimento também todos os desenhos das placas existentes em cada sistema;
- Montagem das placas de revestimento no painel metálico;
- Fornecimento do elemento de borracha, caso necessário;
- Montagem do elemento de borracha;
- Montagem do painel frontal metálico;
- Fornecimento dos elementos de segurança danificados ou faltantes;
- Montagem dos elementos de segurança.

2.2 RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO

A Contratada deverá elaborar e submeter à apreciação da Fiscalização o Relatório de Manutenção, o qual deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação do sistema;
- Data de execução dos serviços;
- Identificação da tarefa executada;
- Descrição dos danos encontrados;
- Descrição dos reparos efetuados relacionando os componentes substituídos;
- Descrição dos serviços previstos para ser executado;
- Nomes dos executantes;
- Equipamentos e ferramentas utilizados;
- Situação física do sistema;
- Descrição dos serviços efetivamente executados;
- Observações gerais sobre a situação do sistema;
- Data da próxima execução (periodicidade);
- Data e assinatura da Fiscalização como ciente.

2.3 PESSOAL E EQUIPAMENTO

A Contratada deverá efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos sistemas referenciando à reposição dos componentes dos equipamentos que se apresentarem defeituosos, devendo manter em seu canteiro de obras, mão de obra especializada, equipamentos e ferramental suficiente, mas não se limitando, conforme apresentado abaixo:

- Supervisor de Manutenção;
- Caldeireiro;
- Soldador;
- Maçariqueiro;
- Pintor;
- Auxiliar de serviços gerais;
- Auxiliar administrativo;
- Caminhão Munck e/ou Guindaste com capacidade mínima de 25 toneladas;
- Andaimes e balancins;

- Veículo tipo utilitário;
- Talha de capacidade 3.000 Kg;
- Jogo de chaves de impacto de ¾ "até 2.1/4";
- Jogo de chaves combinadas de 6 mm à 22 mm;
- Jogo de chaves combinadas de ¼ " à 7/8";
- Cabos de aço e estropos;
- Cintas de nylon de 4" para elevação de cargas;
- Chave regulável (Inglesa) de 4", 6", e 8".

2.4 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.4.1 A CONTRATADA responsável pelo fornecimento dos Sistemas de Defensas, contendo painel metálico, placas de polietileno e elementos de borracha tipo modular. Os painéis a serem instalados deverão sofrer processo de pintura geral com substituição de placas, elementos de borracha e correntes quando necessário.

2.4.2 A CONTRATADA será responsável pela pintura dos painéis metálicos, substituição de placas de polietileno e fixação de elementos de borracha tipo modular (conforme planilha sintética), fornecimento de correntes, manilhas e de todos os equipamentos e ferramentas necessários para a instalação dos sistemas de defensas, tais como Guindaste para apoio a montagem, Caminhão Munck entre outros pertinentes a execução plena dos serviços. A CONTRATADA será responsável também pelo fornecimento de todos os itens necessários para a fixação, solda, e outros pertinentes a instalação das defensas.

2.5 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

14.15.1.1.1.1.1 2.5.1 EQUIPAMENTOS

Todo o equipamento estará sujeito a FISCALIZAÇÃO para comprovação dos certificados de calibragem do equipamento utilizado nos serviços a serem executados.

2.5.2 AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

14.15.1.1.1.1.2 A FISCALIZAÇÃO autorizará o início dos serviços mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Ordem de Serviço (O. S).
- Apresentação da "Análise de Prevenção de Risco – APR", aprovado pela Coordenação de Segurança do Trabalho da EMAP;
- Após a realização de treinamento, da equipe responsável pela a execução dos serviços objeto do contrato, ministrado pela Coordenadoria de Segurança do Trabalho;
- De outros documentos que se fizerem necessários e imprescindíveis a realização do objeto descrito.

2.6 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.6.2 SERVIÇOS INICIAIS

2.6.2.1 Mobilização

- É de responsabilidade da CONTRATADA mobilizar todos os equipamentos, utensílios, ferramentas e mão-de-obra necessários à completa e perfeita execução dos serviços objeto deste termo.
- Apenas será considerada executada a mobilização se todos os equipamentos e ferramentas necessários ao início da execução dos serviços estiverem no local, quando necessários.
- A CONTRATADA instalará um canteiro de obras nas proximidades do local onde serão realizados os serviços. O local será indicado em área a ser liberada pela fiscalização da EMAP.
- A CONTRATADA poderá optar pela construção de área coberta, com paredes de folhas de madeirite pintadas externamente e telhas de fibrocimento ou Contêineres, desde que

o(s) mesmo(s) atenda(m) a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho NR-18 e que não superem o valor orçado para este item.

- A água necessária aos serviços deverá ser fornecida pela CONTRATADA. A CONTRATADA poderá negociar com a EMAP, proprietária da área, desde que possível, para obtê-la a partir das instalações existentes.
- A energia elétrica para a obra deverá ser fornecida pela CONTRATADA, devendo esta solicitar junto a CEMAR uma ligação provisória. Em caso de não atendimento da empresa competente ou de necessidade para execução da obra, a CONTRATADA fica responsável pela instalação de transformadores, postes, geradores, isoladores e fiação, etc., caso venham a ser necessários, para levar a eletricidade até o ponto de utilização.
- Deverão ser previstas à custa da CONTRATADA, todas as placas necessárias aos serviços, exigidas por lei, e também aquelas exigidas por convênios específicos dos serviços (exemplo: placa de identificação da obra, sinalização preventiva, desvio de fluxo, etc.).
- Os funcionários que executarão o serviço deverão usar coletes refletivos.

2.6.2.2 Licenças e Taxas

- Engloba as taxas e emolumentos inerentes aos serviços, como ART e etc.

2.7 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem executados nas defensas estão descriminados nos itens que se seguem:

2.7.1 Serviços Preliminares

Será de responsabilidade da Contratada as providências de instalação do canteiro de obra, instalações provisórias de água/esgoto, luz e mobilização dos equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como o licenciamento dos serviços perante os órgãos públicos.

2.7.2 Desmontagem das Defensas

Retirada das defensas, recuperação da furação, fornecimento e aplicação de adesivos químicos, substituição de chumbadores, arruelas e parafusos de fixação que estiverem sem condições de uso, em aço inox 316.

2.7.3 Serviços de Recuperação

Recuperação dos painéis frontais através de serviços de caldeiraria, fornecimento de chapas e perfis nas mesmas especificações das já existentes, soldagem e tratamento anticorrosivo (jateamento) e pintura dentro das especificações conforme o ambiente, inclusive o fornecimento de tintas e sua aplicação. O sistema de segurança deverá ser contemplado com substituição, recuperação e fornecimento (correntes, olhais, manilhas e parafusos).

2.7.4 Placas de Polietileno

Retirada das placas de polietileno, sem condições de uso, fornecimento e montagem das mesmas e das faltantes, inclusive a substituição dos parafusos ausentes ou danificados. Instalação nas defensas.

2.7.5 Elementos de Borracha

Fornecimento e montagem de elementos de borracha inclusive os parafusos e todo o material necessário a sua instalação. As defensas deverão ser reinstaladas no seu local de origem.

2.7.6 Limpeza da Obra

A fim de manter a obra em estado de limpeza e organização serão realizadas remoção e transporte do material inservível para bota fora em local indicado pela EMAP.

2.7.7 Diário de Obra

Será colocado à disposição da Fiscalização da EMAP Livro Diário de Obra para registros das ocorrências e assinatura das partes.

2.8 ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E NORMAS REGULADORAS

Os materiais dos componentes previstos que serão fornecidos e/ou utilizados estão especificados na tabela abaixo, e descritos a seguir:

COMPONENTES DO SISTEMA	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL
Elemento de Borracha	Borracha sintética ou natural (NBR – 11832 – EB 2131)
Placas de Revestimento	Polietileno UHMW
Chumbadores (todos)	AISI 316
Parafusos (todos)	AISI 316
Porcas (todas)	AISI 316
Barras roscadas (todas)	AISI 316
Correntes (todas)	AISI 316
Manilhas (todas)	AISI 316
Arruelas (todas)	AISI 316
Chapas e perfilados	ASTM A-36
Resina para ancoragem química	

1 - Elementos de Borracha MV 1000 x 1000A

O elemento é fabricado em borracha homogênea de elastômero moldado e livre de defeitos superficiais, impurezas, porosidades ou trincas e com insertos metálicos em suas bases de fixação, onde o revestimento de borracha é igual ou superior a 1,5mm.

A fabricação dos elementos de borracha excede dos requisitos da Norma ASTM D2000 3BA720 A14, B13, C12, EA14, F17 e da Norma EB2131/1991.

Os insertos metálicos são de aço ASTM A36.

2 - Elementos de Fixação

A fabricação dos elementos de fixação segue as seguintes normas:

- Chumbadores, parafusos e arruelas ASTM A307;
- Porcas ASTM A 563;
- Suportes (olhais) de correntes ASTM A36;
- Correntes de elo longo Ø 1” ASTM A36;
- Manilhas Ø 1” DIN 82101-A;

Todos os elementos de fixação são galvanizados de acordo com a ASTM A153.

3 - Painel Metálico

O painel metálico do tipo estanque, com estruturas internas, é fabricado com chapas e perfis de aço ASTM A36 e tratadas superficialmente com seguinte especificação:

- Jato de areia Sa3;
- Uma demão de primer rico em zinco 65 µm;
- Duas demãos de coal tar epóxi 2 x 200 = 400 µm.

4 - Placas de Polietileno

As placas protetoras do painel são de polietileno de ultra-alto peso molecular e são estabilizados aos raios ultravioletas e de acordo com as seguintes especificações:

PROPRIEDADE	MÉTODO DE TESTE	VALORES
PESO MOLECULAR		1,6-6MILHÕES g/mol
ESTABILIZAÇÃO AOS RAIOS ULTRAVIOLETAS		2,5% CARBON BLACK (OU OUTRO ESTABILIZADOR) (PARA CORES DIFERENTES DO NEGRO)
DENSIDADE	ASTM D792	> 0,93 g/cm3
RESISTÊNCIA À TRAÇÃO (RUPTURA)	ASTM D638	3,5 kg/mm2
DUREZA	ASTM D2240	63 – 67 SHORE D
COEFICIENTE DE FRICÇÃO	ASTM D1894	< 0,3
DESGATE POR ABRASÃO	EM LAMA DE AREIA	16 (AÇO 1020 = 100) 60-80 (UHMW-PE VIRGEM=100)
RESISTÊNCIA AO IMPACTO	ASTM D256	NÃO QUEBRA
COR EXTERNA		PRETA

2.9 CONDIÇÕES FÍSICAS LOCAIS

2.9.2 Clima

A região está localizada dentro de um padrão climático característico das regiões equatoriais tropicais, no qual predomina largamente as chuvas relativamente bem distribuídas durante todo ano, apresentando, no entanto, um volume maior entre os meses de novembro a junho e tendo um período de relativa estiagem entre junho a setembro. Os índices de pluviosidade média em São Luis variam de acordo com tabela abaixo:

MESES	PRECIPITAÇÃO TOTAL (mm)	DIAS COM CHUVA
Janeiro	156,3	14
Fevereiro	269,3	20
Março	415,5	23

Abril	4	23
Maio	317,7	24
Junho	154,8	23
Julho	110,6	17
Agosto	36,2	12
Setembro	7,1	6
Outubro	3,6	2
Novembro	19,6	3
Dezembro	45,9	6
Fonte: DHN – ROTEIRO COSTA NORTE		

A temperatura varia ao longo do ano entre 23ºC e 31ºC, situando-se normalmente em torno de 27ºC. Foram, no entanto, registradas temperaturas máximas e mínimas de 40ºC e 15ºC respectivamente.

A unidade relativa do ar é uniformemente alta durante todo o ano, com uma média mensal variando entre 75% e 85%.

O índice pluviométrico médio anual é de 1.940 mm a 2.000 mm.

Na estação chuvosa (novembro a junho) a precipitação pluviométrica é de 225 mm mensais, com cerca de 15 dias chuvosos por mês, enquanto que nos meses de seca (julho a outubro) a média mensal é de 50 mm, com cerca de 5 dias de chuva por mês.

a) Ventos

Na área do Porto do Itaqui, os ventos de NE (Nordeste) são predominantes (frequência de 25%), com as velocidades e as respectivas frequências conforme indicadas abaixo:

BEAUFORT	VELOCIDADE	FREQUÊNCIA
2	2 a 6 nós	39%
3	7 a 10 nós	31%
4	11 a 18 nós	15%
5	17 a 21 nós	1%

b) Marés

A maré na Baía de São Marcos tem características semidiurnas com a seguinte variação do nível d'água:

N-MÁXIMO (previsto)	**+ 7,10 m**
MHWS (média das preamares de sizígia)	+ 6,27 m
MHWN (média dos preamares de quadratura)	+ 5,02 m
MSL (nível médio)	+ 3,43 m

NR (nível de redução)	+ 0,00 m
N. MÍNIMO (previsto)	- 0,30 m

Os referidos níveis são em relação ao Nível de Redução (NR) da D.H.N - M.M.

c) Correntes

A baía de São Marcos localiza-se em região estuarina, sendo que a circulação de suas águas é definida pela variação de maré ocorrente no local. Os valores máximos de correntes hidrodinâmicas ocorrem aproximadamente 3 horas após a preamar nas vazantes e a baixa-mar das enchentes, enquanto os valores mínimos das correntes ocorrem próximo às estofas de maré.

Outra característica estuarina é a presença de marés reversas. Durante as vazantes as correntes apresentam direção Norte e Nordeste e, após as estofas, invertem suas direções para Sul e Sudoeste.

Na bacia de evolução, as velocidades apresentam-se em média como mostrado abaixo:

- Enchente de sizígia 4,3 nós (7,95 km/h)
- Vazante de sizígia 3,7 nós (6,85 km/h)
- Enchente de quadratura 5,1 nós (9,45 km/h)
- Vazante de quadratura 4,2 nós (7,80 km/h)

No canal de acesso, as velocidades das correntes na enchente (a 5 metros de profundidade) são apresentadas abaixo:

- Sizígia 5,65 nós (10,45 km/h)
- Quadratura 2,50 nós (4,65 km/h)

d) Ondas

As ondas na região são geradas por ventos locais, podendo alcançar alturas correspondentes a 1,10 m. O período correspondente é de 6 segundos.

e) Densidade

A densidade da água do mar varia de 1.010 g/l (baixa-mar no período seco) a 1.019 g/l (preamar no período chuvoso).

3. JUSTIFICATIVA

O Porto Organizado do Itaqui compreende as áreas das instalações de atracação e acostagem, das instalações de armazenagem, etc.

O Porto do Itaqui dispõe atualmente de estruturas acostáveis de aproximadamente 2.359 metros de extensão com 8 berços de atracação (berços 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 108). O berço 107 encontra-se inativo e não chegou a ser utilizado na sua essência.

O sistema de defensas de acostagem do porto tem duas finalidades: a primeira, proteger o casco dos navios durante a atracação e acostagem; a segunda, proteger a integridade das estruturas do porto dos impactos causados pelos navios durante as operações de atracação e acostagem dos mesmos.

O sistema de defensas é composto de três elementos: elemento de borracha para absorver os esforços, painel metálico e placas de polietileno para que o atrito entre o navio e o sistema de defensa seja o menor possível, evitando-se o comprometimento do elemento de borracha, responsável pela absorção da energia no cais e da reação transmitida ao casco do navio durante a atracação e acostagem do navio.

Considerando ser o sistema de defensa um dos elementos necessários para as operações de atracação de um porto;

Considerando a expectativa de crescimento de movimentação de cargas no Porto do Itaqui;

Considerando que estamos com suas estruturas bastante comprometidas e não dispormos de equipamentos e mão de obra especializada para a realização deste tipo de serviços;

Considerando que as defensas são de grande importância nas operações de atracação/desatracação e que devemos oferecer infraestrutura básica e operacional a todos nossos clientes e usuários;

Diante do exposto solicitamos a contratação de empresa especializada para a manutenção destes Sistemas de Proteção dos Paramentos dos Caís/piers (defensas), pois com a contratação destes serviços iremos prolongar a vida útil dos mesmos no Porto do Itaqui, evitando a paralisação parcial ou total dos berços e também possível acidentes com as embarcações na atracação/desatracação.

4. PRAZOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo previsto para a execução deste objeto de contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de recebimento da O. S. emitida pela Contratante autorizando o início das atividades.

O prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, durante o seu transcurso, quando solicitado por uma das partes, desde que ocorra a vantajosidade, seja justificado e aceito pela Administração.

5. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser realizados na área dos berços/piers 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, retro áreas e terminais externos que possuam sistemas de defensas de responsabilidade da EMAP, acompanhado do Fiscal do Contrato ou seu Substituto.

6. SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Conforme orientações da Gerência de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (GESMA), da EMAP, a contratada deverá cumprir os seguintes requisitos legais (conforme check list anexo):

- CONAMA 450/2014; Normas e Procedimentos EMAP (Em caso de utilização de máquinas e equipamentos que possam ocasionar alguma não conformidade ambiental como vazamento de óleo, deverá adotar algumas medidas preventivas).

1. Comprovar a presença de KIT AMBIENTAL (composto de pá, enxada, serragem de madeira, sacos plásticos, bandeja de proteção para a realização da atividade) em

caso de emergência;

2. Deverá ser utilizadas bandejas de proteção durante a atividade de abastecimento de máquinas, equipamentos na área do porto e também caso de vazamento de óleo;

3. Comunicar ao setor de meio ambiente qualquer ocorrência ambiental que aconteça durante os trabalhos;

4. Apresentar outros documentos que a EMAP/COAMB julgar necessário para a boa execução da atividade.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (TRABALHO EM ALTURA).

I. E.P.I´s

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;

2. Uso de cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo para trabalhos em altura;

3. Para eletricista prevalece a mesma determinação não sendo permitido o uso do cinto abdominal (cinturão);

4. Os cintos não poderão ser fixos na mesma estrutura de trabalho, sendo necessária a fixação de cabos guias por profissional devidamente habilitado;

5. Todo e qualquer funcionário deverá receber treinamento específico para realização da atividade;

6. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;

7. O sistema de proteção contra queda deverá ser constituída de anteparos rígidos, em sistemas de guarda-corpo e rodapé devendo o mesmo atender os requisitos de dimensionamento de 1,20 m de altura para travessão superior, 0,70 cm para travessão intermediário e ter rodapé com 0,20 cm de altura, conforme NR 18;

8. Emissão de Permissão de Trabalho para trabalhos em altura;

9. Todos os empregados executantes de trabalhos em altura deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).

II. USO DE ANDAIME:

1. As estruturas de andaimes devem ser metálicas, sendo proibido o uso de andaimes de madeira;

2. Os andaimes devem possuir assoalho completo e contraventamento a partir de 6m e depois a cada 3m;

3. Deverá dispor de escada fixa ao andaime para acesso ao assoalho.

III. USO DE PLATAFORMA ESPECÍFICA PARA TRABALHOS EM PARAMENTOS

1. Armação de estrutura metálica em tubo rol com escada de acesso e plataforma de trabalho, compatíveis com as necessidades de execução do processo e segurança plena dos trabalhadores;

2. Os pontos de ancoragem dos cintos de segurança dos trabalhadores deverão ser fixados em dispositivos seguros, na parte superior do paramento, cabeço, dolphin ou linha de

cais;

3. O equipamento (guindaste) para montagem e desmontagem das defensas, deverá ter capacidade capaz de garantir o peso de todo o conjunto, inclusive aumento deste em função da agregação de lama, água, etc. Assim como, as dimensões estruturais das defensas com quatro e seis elementos de borracha;

4. As patolas do guindaste, estendidas para o mar deverão estar distante, no mínimo, dois metros (2,00m) da beira do cais e não poderão ser dispostas sobre os caminhos de rolamento das máquinas (Ship Loader e Ship Unloader);

5. Deverá haver planejamento prévio individualizado contemplando os fatores de amplitude das marés, para cada tarefa de manutenção, contendo todas as etapas, equipamentos e pessoas independentemente do planejamento macro.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NA POLIGONAL DO PORTO DO ITAQUI)

1. Receber treinamento de normas de trânsito internas (PROAPI);
2. Apresentar cópia da Habilitação de todos os condutores de veículo, conforme categoria dos veículos a serem conduzidos;
3. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
4. Cumprimento das Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui;
5. Todos os veículos deverão ser identificados com logomarca da empresa nas laterais do veiculo;
6. Os veículos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
7. Todos os veículos que estiverem transportando carga com excesso lateral e longitudinal deverão ser conduzidos com batedores (*escolta) no front e na retaguarda, conforme o caso;
8. Todos os veículos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade;
9. Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via;
10. Elaborar procedimento específico para condução dos veículos e treinar os condutores de veículos no mesmo;
11. Deverá ser elaborado inventário dos veículos, além de plano de manutenção preventiva;
12. Não conduzir carga dentro da cabine do carro.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Trânsito Brasileiro – CTB (OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS NA POLIGONAL DO PORTO DO ITAQUI).

1. Utilizar os EPI’s específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Receber treinamento de normas de trânsito internas (PROAPI);
3. Apresentar cópia da Habilitação de todos os operadores de equipamentos móveis;
4. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;

5. Cumprimento das Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui;
6. Todos os equipamentos móveis deverão estar identificados com logomarca da empresa nas laterais do equipamento;
7. Os equipamentos de transporte de carga deverão ter sua capacidade indicada no próprio equipamento;
8. Os equipamentos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
9. Uso obrigatório de giroflex e sinal sonoro de ré;
10. Todos os veículos ou máquinas que estiverem transportando carga com excesso lateral ou longitudinal deverão ser conduzidos com batedores (escolta);
11. Os operadores deverão cumprir sinalização interna do Porto do Itaqui;
12. Os condutores deverão portar o crachá de identificação de operador;
13. Todos os equipamentos deverão passar por inspeção da Guarda Portuária antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade;
14. Elaborar procedimento específico para operação dos equipamentos e treinar os operadores no mesmo;
15. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos móveis e semimóveis, além de plano de manutenção preventiva;
16. A área das patolas deverá ter dimensões mínimas de três vezes o maior comprimento da base do cilindro;
17. A área da movimentação da carga deverá estar isolada;
18. Nenhum cilindro poderá apresentar vazamento;
19. Havendo necessidade de transporte de cargas especiais na poligonal, deverá haver comunicação prévia ÈMAP/COSET e GUAPO, assim como elaboração de planejamento com todas as condicionantes da carga e rotograma com avaliação de todo o roteiro e suas complexidades.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A ENERGIA ELÉTRICA).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Apresentar certificado dos empregados em comprovação de qualificação profissional para realização de atividades envolvendo eletricidade;
3. Apresentar certificado do curso de NR-10 dos empregados envolvidos com atividades com eletricidade;
4. Elaboração de procedimento específico para as atividades de elétrica e treinar os executantes no mesmo.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (MANUSEIO DE CARGAS SUSPENSAS / ELEVADAS (PONTE ROLANTE, GUINDASTE, ETC)).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos de guindar;
3. Equipamentos e acessórios devem ser adequados ao serviço proposto e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, preencher check list diariamente;
4. Fazer dimensionamento dos equipamentos e recursos de acordo com as cargas;

5. Elaborar procedimento específico para operação de manuseio de carga suspensas e treinar os operadores no mesmo;
6. Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos de guindar e dos acessórios, além de plano de manutenção preventiva dos equipamentos;
7. Os equipamentos de guindar e acessórios deverão passar por inspeções e manutenções periódicas;
8. Deverá ser elaborado plano de rigger para içamento de cargas a partir de 10 toneladas e/ou carga negativa e para os demais apresentar plano de movimentação de carga;
9. O equipamento de guindar deverá ter configuração compatível com a natureza da carga e suas complexidades e variáveis conforme o berço;
10. As patolas do lado do paramento deverão estar a dois metros de distância da beira do cais.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (EXPOSIÇÃO A PARTES MÓVEIS / ROTATIVAS (BETONEIRAS, SERRAS CIRCULARES, SERRAS ELÉTRICAS, ETC)).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas corretamente;
4. Dimensionar medidas de proteção de correias;
5. Realizar bloqueios de fonte de energia conforme NR-12;
6. Manter relação atualizada com nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar a operação dos equipamentos e manter uma cópia do documento na frente de serviço;
7. A tela do cocho da bomba lança, deverá ter sensor que pare o lançamento do concreto quando a tela for suspensa.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, AGROTÓXICOS, ÓLEOS OU GRAXAS OU EXPOSIÇÃO A VAPORES (COLAGEM DE CORREIAS, PINTURA, PRODUTOS PULVERIZADOS, SOLVENTES, ETC)).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. Fazer uso de respirador semifacial com filtro para vapores orgânicos e/ou ácidos, conforme produto manuseado;
4. Controle médico sobre a ação dos agentes nos trabalhadores;
5. Uso de creme protetor para as mãos e outras partes do corpo expostas, com CA (Certificado de Aprovação);
6. Manter arquivo das FISPQs dos produtos utilizados;
7. Treinar os empregados que trabalham com produtos químicos nas FISPQs dos produtos químicos manuseados;
8. Manter o rótulo nos recipientes onde são armazenados os produtos;
9. Manter os recipientes em gaiolas ou bandejas de contenção.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (TRABALHO COM CORTE E SOLDA OXIACETILÊNICA).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Uso de respirador semifacial para fumos metálicos.
5. Equipamento com válvulas corta chama na saída dos cilindros e entrada das canetas;
6. Pessoal com treinamento específico para a função e com experiência comprovada.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (EXPOSIÇÃO A EQUIPAMENTOS / FLUÍDOS SOB PRESSÃO (COMPRESSORES, CILINDROS, PNEUS, SISTEMA HIDRÁULICO, ETC)).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Despressurizar o sistema antes da realização das atividades;
5. Não provocar aumento de temperatura e choques mecânicos aos recipientes;
6. Evitar exposição desnecessária às áreas de risco.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (EXPOSIÇÃO À POEIRA, PARTICULADOS, RUÍDO OU UMIDADE).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Avaliação ambiental para a função;
5. Implantar Programa de Conservação Auditiva;
6. Para realização de atividades com exposição à água, deverá ser considerada a necessidade do uso de roupas especiais, que o proteja os colaboradores contra umidade.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS

PRÓPRIOS (MÁQUINA DE SOLDA, ESMERILHADEIRA, SERRAS, ETC)).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Pessoal com treinamento específico no uso de ferramentas/máquinas e experiência comprovada;
5. Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidas;
6. Ferramentas elétricas manuais com duplo isolamento comprovado pelo fabricante ou pino terra;
7. Ferramentas adequadas e em perfeito estado de conservação;
8. Uso de lista de verificação das máquinas e ferramentas antes do uso do equipamento;
9. Evidência de treinamento dos empregados no manuseio de máquina, equipamentos e ferramentas.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (TRABALHO PRÓXIMO A ÁGUA (PIER, CAIS, ETC)).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06 (Uso obrigatório de colete salva-vidas e cinto de segurança);
2. Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
3. É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
4. Uso de colete salva-vidas a partir de 2m da borda do cais;
5. Proteção contra quedas;
6. Uso de bota de segurança sem cadarço quando de exposição do risco de queda de homem ao mar.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (A OBRA E/OU SERVIÇO A SER REALIZADO PELA CONTRATADA, NECESSITARÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, COMO: OFICINAS MECÂNICAS, REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, ETC.)?

1. Seguir procedimentos e normas de construção de acordo com número de empregados (NR 18 e 24) e exigências internas da EMAP;
2. O Setor de segurança da EMAP, SESMT Gerenciadora (quando houver) deverá avaliar a planta do canteiro de obras, a fim de se fazer cumprir todos os requisitos exposto nas NR`s;
3. As botas de segurança dos colaboradores deverão possuir palmilha antiperfurante, biqueira em composite ou outro material não condutor de eletricidade e proteção metatarso;
4. Os canteiros deverão ser devidamente sinalizados de forma a garantir as

orientações básicas de segurança quanto ao desenvolvimento normal das atividades, conforme a NR 26;

5. As divisórias de isolamento de canteiros e frentes de serviço deverão ser feitas de material rígido que impeça o acesso de pessoas alheias à atividade. Não é permitido isolamento de canteiros e frentes de serviço com tela cerquite e/ou fita zebrada em áreas a céu aberto;

6. Todos os contêineres utilizados para ocupação humana deverão seguir as recomendações contidas na NR18 item 18.4.1.3 e 18.4.1.3.2;

7. Todos os contêineres deverão ser aterrados.

- Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui (TEMPO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ SUPERIOR A 60 DIAS?).

1. Apresentar PPRA ou PCMAT/PCA/PCMSO/LAUDO ERGONÔMICO/PAE de acordo com as características da atividade do contrato, CNAE da empresa e número de empregados;
2. Atender ao disposto na NR 05;
3. Apresentar dados estatísticos até o 2º dia útil de cada mês subsequente através de seu fiscal de Contrato EMAP;
4. A empresa deverá dimensionar seu SESMT conforme NR 04 da Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 do MTE e registrá-lo na SRTE;
5. A empresa com seus representantes da liderança e SESMT deverão participar dos treinamentos e reuniões de segurança que forem convocados.

- Portaria nº 3.214/78/TEM. Procedimento e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui./NPCP/NORMAMS (HAVERÁ ATIVIDADES SOBRE EMBARCAÇÃO OU USO DE BARCAÇA).

1. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
2. Uso de coletes salva vidas enquanto estiverem embarcados;
3. Obedecer as NPCP e as NORMAMS (Capitania dos Portos e Marinha do Brasil);
4. Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

- (HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE?)

1. TODOS os empregados deverão ser treinados no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui);
2. Utilizar isolamento e sinalização refletiva.

7. VALOR ESTIMADO

O custo global orçado é de **R$ 4.330.213,44 (quatro milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e treze reais, quarenta e quatro centavos)** e correspondente aos desembolsos financeiros a serem efetuados no exercício orçamentário do ano de 2016.

Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, exames admissionais, exames demissionais e períodicos, EPI´s, EPC's, alimentação, transporte, tributos e taxas,

assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços objeto do presente Termo.

O custo proposto para execução do contrato, objeto desta licitação será fixo e irreajustável, expresso em reais (R$) e se referirão à data de apresentação das propostas, válidos por 60 (sessenta) dias;

Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 02 (duas) casas decimais para evitar correções futuras nas PROPOSTAS DE PREÇOS.

Para efeito de disponibilidade financeira o gasto foi previsto e será executado no centro de custo da COMEC-Coordenação de Manutenção Mecânica; grupo de despesa serviços: Infraestrutura Portuária; subgrupo de despesa: Manutenção e Reparos em Engenharia; descrição da despesa: conforme objeto.

8. GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão fiscalizados por representante da Gerência de Manutenção da Diretoria de Engenharia e Manutenção (DEM), especialmente designado pelo Presidente da EMAP, que ficará responsável pela comprovação da execução dos serviços exigidos neste Termo e em atestar a Nota fiscal, devendo este ser substituído, no caso de seu impedimento, por outro funcionário indicado pela mesma fonte, a seu exclusivo juízo.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor do contrato devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos serviços não poderão ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

9. ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os riscos inerentes ao processo, nas fases de contratação do referido Termo de Referênciae ao posterior desenvolvimento atividades contratadas, são:

Durante a realização dos serviços de manutenção, existe o risco de danos aos ativos da EMAP ou Clientes, entre outros.

A CSL ficará responsável pela aplicação ou não da garantia de execução com base na análise de risco apresentada pelo setor requisitante, bem como por critérios de valor e prazo de execução definido pela Administração.

10. REQUISITOS TÉCNICOS E ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1 Capacidade Técnico-Operacional

Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto;

10.2 Capacidade Técnica - Profissional

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) a:

a) Execução de serviços de manutenção de sistema de defensa marítima.

A comprovação de vínculo do profissional com a licitante deverá ser feita por meio de Prova de Registro da empresa no CREA em que figure o profissional disponibilizado como responsável técnico ou Registro em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou ART de Cargo ou Função.

Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Projeto Básico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.3 Documentação Complementar obrigatória

Documentos elaborados por profissional detentor de habilitação específica, com os seguintes elementos:

- Planilha orçamentária, inclusive com previsão de mobilização e desmobilização.
- Cronograma físico-financeiro de desembolso;
- Composição de custos unitários;
- Planilha de encargos;
- Planilha de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI;

A não apresentação de qualquer das planilhas citadas no item anterior acarretará a desclassificação do Licitante.

Os licitantes deverão apresentar a planilha orçamentária sintética e Composição de custos unitários em CD ou DVD no formato EXCEL, objetivando celeridade nos procedimentos da análise técnica das propostas de preços na fase de julgamento e classificação.

O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha sintética, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007-TCU/Plenário.

Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalísticas que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

A fórmula adotada pela EMAP para cálculo do BDI, de Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário, é:

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))\,(1 + DF)\,(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

onde:
IMP = impostos incidentes sobre o faturamento;
ADM = despesas administrativas (adm. central);
DEF = despesas financeiras e seguros;
RIS = riscos e imprevistos;
LB = lucro bruto;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada apresentará um Gestor ou Preposto para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à FISCALIZAÇÃO os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica, ao qual lhe compete:

- Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;
- Gerenciar os serviços.
- Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade;

A empresa prestadora de serviços, doravante denominada Contratada, além do fornecimento da mão de obra, ferramentas e utensílios para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. Da decisão referida, cabe recurso à CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias.

É condição para início do contrato a indicação do representante da CONTRATADA, Engenheiro, com registro em conselho de Classe, devidamente em dias.

A CONTRATADA deverá apresentar as ART´s – Anotações de Responsabilidade Técnica, de execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, no prazo de até 10 (dez) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço.

Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão negligência, imperícia ou processos inadequados.

Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Projeto Básico.

A inadimplência da contratada, referente aos encargos não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, observando-se o seguinte:

I - Em relação à seguridade social:

a) A vedação à contratação de quem esteja em situação irregular

II - Em relação às contribuições e pagamentos;

b) A necessidade de pagar os serviços quando a inadimplência for superveniente à contratação;

c) O dever de providenciar oportunamente a rescisão dos contratos contínuos quando o contratado permanecer em situação de inadimplência;

d) O dever de reter as contribuições incidentes nos pagamentos efetuados.

III - Em relação aos encargos trabalhistas, inclusive parcelas remuneratórias e indenizatórias:

a) O dever de fiscalizar;

b) a necessidade de registrar, no livro de ocorrências ou no diário de obras, a fiscalização ocorrida;

c) a possibilidade de o contrato prever a retenção mensal das parcelas de provisão de quitação, a qual será paga ao contratado se incorrer nessas despesas com a apresentação, após o término do contrato, dos recibos de rescisão homologados pelo sindicato ou Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

A CONTRATADA deverá procurar a GERÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE - GESMA, para tomar ciência de todas as normas relativas a saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente.

Cumprir cada uma das normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da Emap.

Responsabilizar-se pela observância das normas técnicas indicadas neste Termo, inclusive atendendo aos critérios e prescrições estabelecidas nas normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ISO – International Organization for Standardization.

Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui.

Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive o mal executado, quando requerido pela FISCALIZAÇÃO.

Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

Selecionar e preparar rigorosamente os colaboradores que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas, em suas carteiras de trabalho;

Apresentar, antes do inicio da prestação dos serviços, ficha dos colaboradores devidamente digitalizada, contendo dados de identificação pessoal e endereço do colaborador e providenciar o devido credenciamento junto a Guarda Portuária da EMAP e Receita Federal de São Luís, de todo seu pessoal, mantendo documentação atualizada a Fiscalização da EMAP, juntamente com atestados de saúde e vacinação;

Apresentar atestado de “bons antecedentes” de cada colaborador.

Manter atendimento ininterrupto dos serviços quando solicitado;

Apresentar RDO dos serviços, exceto domingos e feriados..

Avisar por escrito ao representante do CONTRATANTE, em tempo hábil, qualquer divergência ou incoerências do Plano de Trabalho ou quaisquer fatos sobre a execução dos serviços a serem realizados, para serem devidamente analisados e corrigidos.

Havendo necessidade de que os serviços sejam executados em dias e horários diferentes do estipulado, a contratada e o contratado, em comum acordo, o solicitará formalmente ao Gestor do contrato.

Qualquer serviço a ser executado, não constante do objeto deste contrato, deverá ser, previamente, autorizado pelo CONTRATANTE, à vista de composição específica, devendo haver também disponibilidade de recursos para a cobertura dos correspondentes acréscimos.

Fornecer gratuitamente os equipamentos de segurança individuais (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Termo.

Fornecer a todos os funcionários que exercem suas funções ao ar livre, protetor solar com Certificação de Aprovação conforme as categorias, sendo um frasco por funcionário, repondo sempre que necessário;

Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das Normas Disciplinares determinadas pela Administração;

Treinar os empregados constantemente, observando conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, EPI's, ferramentas e utensílios disponíveis, objetivando a correta execução dos serviços e promovendo a consciência do não desperdício;

Responder perante o Contratante e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados.

Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas após notificação, qualquer colaborador considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE;

A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial a que se refere o objeto do Projeto Básico, caso seja necessária à aplicação dessa condição.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, as Normas de Segurança da Administração;

Substituir os colaboradores que não se apresentarem devidamente uniformizados e com crachás, com fotografia recente, em completas condições de higiene e segurança, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), específicos para as atividades, à qualificação necessária e o horário de execução dos serviços;

Os colaboradores responsáveis pela condução (Gestores, Encarregados e Técnicos) dos veículos destinados a execução deste termo, bem como pelo transporte de pessoal e equipamentos, deverá contar com a habilitação necessária, assim como, seguir os limites de velocidade determinados para as rodovias e vias internas das dependências da CONTRATANTE, além de respeitar as demais normas previstas no Código de trânsito Brasileiro.

Realizar os serviços solicitados pela EMAP, com a observância dos prazos por ela determinados.

Antes de iniciar os trabalhos, expor a metodologia proposta, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão

utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída.

Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, que possam ser confundidos com similares de propriedade da EMAP;

Realizar apresentações multimídia mensais dos resumos dos resultados finais, e submeter para aprovação da FISCALIZAÇÃO, permitindo posterior divulgação.

Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

A Contratada deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura;

Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada à Contratante, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior. Não será permitida a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos acima mencionados;

Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos.

Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços, mantendo o sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados;

Manter informado o técnico responsável da FISCALIZAÇÃO/EMAP, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas.

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

Quando houver ocorrências, deverá entregar o "Formulário de Ocorrências para Manutenção" devidamente preenchido e assinado pela CONTRATANTE;

12. OBRIGAÇÕES DA EMAP

Efetuar os pagamentos nas condições, prazos e preços pactuados;

Efetuar o pagamento até o 30º dia após a apresentação da nota fiscal, caso a contratada cumpra com todas as exigências constantes neste Projeto Básico, por meio de atesto do gestor responsável pelo contrato.

Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado e, ainda, por consumidores com perfil de atendimento semelhantes, de forma a garantir que eles continuem os mais vantajosos para a Administração;

Permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado;

Documentar as ocorrências notificando a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Exercer a atestação da efetiva execução dos serviços e a sua fiscalização por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei vigente;

Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços.

Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso.

Emitir a ordem de serviço ou documento equivalente, especificando a quantidade necessária, tempo a ser executado o serviço e o tipo de serviço a ser entregue;

Rejeitar, todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;

É permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o gestor de informações pertinentes a essa atribuição.

Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio.

13. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Os serviços contratados só serão aceitos se forem devidamente aprovadas pela FISCALIZAÇÃO competente designada pela EMAP, após vistoria in loco da Fiscalização, através da Ordem de Serviço executada em campo e devolvida a manutenção devidamente preenchida, com a descrição detalhada de todos os serviços executados e materiais aplicados.

Não serão aceitos quaisquer serviços que apresentem vícios que possam comprometer a adequada utilização do objeto deste Termo.

Não serão recebidos os serviços que caracterizem imperfeições, deformidades e falhas.

Os serviços classificados como pendentes pela FISCALIZAÇÃO só serão posteriormente aprovados e recebidos se todas as circunstâncias levantadas e classificadas como vícios e falhas forem devidamente corrigidas e/ou recompostas.

A Fiscalização deverá preencher e assinar a Ordem de Serviço ao término do serviço, aprovando ou rejeitando. Caso os serviços sejam reprovados, a correção dos problemas apontados deverão ser realizados em prazo acordado pela Fiscalização e Contratada, a contar da comunicação à empresa contratada e uma nova vistoria deverá ser realizada para aprovação, até que os serviços estejam em conformidade com a OS.

Um Termo de Recebimento Provisório deverá ser emitido para todos as OS., assinado pelas partes, desde que a Fiscalização aprove os serviços.

O Recebimento Definitivo se dará por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes ao término do Contrato mediante comprovação pela Contratada de pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o objeto do contrato.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

As medições serão realizadas mensalmente, ou em periodicidade menor, a critério da Contratante e Fiscalização, devidamente aprovados pela Diretoria, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela FISCALIZACAO, dentro do prazo estipulado.

As medições serão realizadas nas seguintes condições:

Todos os serviços serão medidos de acordo com a CPU e sua unidade informada no orçamento sintético até o limite orçado.

15. VISITA TÉCNICA

Os Licitantes poderão realizar vistoria prévia e minuciosa, as dependências do Porto, examinando as condições, com o objetivo de se reforçar a clareza do objeto licitado e garantir maior eficácia e isonomia na preparação das propostas pelos licitantes, tomando ciência do estado de conservação, características e eventuais dificuldades para execução dos serviços, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

Após a vistoria será firmado o termo, conforme modelo disponível no Anexo (Modelo do Termo de Vistoria).

O licitante deverá vistoriar os locais de prestação dos serviços até dois dias úteis antes à data fixada para a abertura da Sessão Pública, mediante prévio agendamento de horário junto ao GEMAN, com os servidores Ulysses ou Charles Elior, pelo telefone (98) 3216-6048, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16:30h.

16. REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

Por força da legislação vigente, os preços apresentados pela CONTRATADA serão irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano a partir da data de apresentação da proposta, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Após esse período os mesmos serão reajustados para cobrir alterações no custo dos insumos na mesma proporção da variação verificada no Índice para Obras Públicas Portuárias, apurados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, e adotados pelo departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Os montantes dos pagamentos serão reajustados na forma da Lei, com a aplicação da fórmula de reajuste que se segue, tendo por base a classificação dos índices especificados na planilha orçamentária contratual para cada tipo de serviço:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} x V$$

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I0 = Índice de preço verificado no mês de apresentação da Proposta que deu origem ao contrato.

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a Preços Iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da nota fiscal, de acordo com a quantidade solicitada e efetivamente aferida pela contratante.

A emissão da Nota Fiscal será liberada nas seguintes condições:

a) Após a Fiscalização Técnica ter verificado e aprovado os serviços concluídos pela Contratada;

b) Após a Fiscalização Técnica/Financeira ter verificado e aprovado todos os documentos obrigatórios a serem fornecidos pela Contratada;

c) Após a Fiscalização Técnica/Jurídica ter verificado a legalidade do pagamento;

d) Após autorização da Presidência da EMAP;

A nota fiscal será emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ: 03.650.060/0001-48 Inscrição Estadual nº 12.180.031-18, endereço na Avenida dos Portugueses s/n, edifício Washington Viegas – Porto do Itaqui, CEP: 65.085-370 São Luís – MA.

TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Contrato nº_____
Objeto:_____

Por meio deste instrumento, a ...(nome da empresa)... nomeia e constitui seu(sua) preposto(a) o(a) Sr.(a) ...(nome do preposto)..., carteira de identidade nº....., expedida pela ....., inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº ....., com endereço na ....., para exercer a representação legal junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, com poderes para receber ofícios, representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a contratada nos termos nela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

São Luís, de _____de 2015.

_____
...(nome da empresa)...
...(nome do representante legal – confirmar poderes)...
...(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador...)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA **E M A P** **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO** TÍTULO: **PLANILHA DE SERVIÇOS E PREÇOS DE OBRAS**
	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.

DATA:	ENDEREÇO ARQ:	Nº EMAP:		REVISÃO:
mar-16	\\srv-arquivos\NAPPL\Termo de Referência e PB_Pronto\2016\[Cópia de DEFENSAS -REV 10-licitação.xlsx]BDI SERVICO			0

ITENS	SERVIÇOS	UNID	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL		FONTE / CÓDIGO
	DATA BASE: FEVEREIRO 2016						
GRUPO 1	**SERVIÇOS INICIAIS**				**337,31**	**0,01%**	
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	1,20	281,09	337,31	0,01%	SINAPI/ 74209/001
GRUPO 2	**MOBILIZAÇÕES/CANTEIRO**				**43.998,24**	**1,20%**	
2.1	MOBILIZAÇÕES	UN	1,00	6.870,20	6.870,20	0,19%	SEINFRA/SINAPI
2.2	CANTEIRO	UND	1,00	3.061,96	3.061,96	0,08%	SINAPI
2.3	MANUTENÇÃO DE CANTEIRO	UND	12,00	2.838,84	34.066,08	0,93%	SEINFRA/SINAPI
GRUPO 3	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**				**1.477.774,04**	**40,40%**	
3.1	EQUIPE DE MANUTENÇÃO/MAQ. E EQUIPAMENTOS	UND	73,00	9.847,81	718.890,13	19,65%	COM.PROPR
3.2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	%	100,00	1.837,31	183.731,00	5,02%	SEINFRA/SINAPI
3.3	PLATAFORMA FLUTUANTE COMPLETA	DIÁRIA	14	5.056,00	70.784,00	1,94%	SEINFRA I8210
3.4	REBOCADOR 300HP	DIÁRIA	14	2.736,00	38.304,00	1,05%	SEINFRA I7958
3.5	RECUPERAÇÃO DE PAINEL METÁLICO	CONJ	54	8.630,83	466.064,91	12,74%	COTAÇÃO
GRUPO 4	**FORNECIMENTO DE MATERIAIS**				**2.129.013,51**	**58,20%**	
4.1	PAINEL METÁLICO DE DIMENSÕES 2300 X 3400 MM	UND	1,00	57.158,22	57.158,22	1,56%	COTAÇÃO
4.2	PAINEL METÁLICO DE DIMENSÕES 2400 X 6500 MM	UND	4,00	156.877,52	627.510,08	17,15%	COTAÇÃO
4.3	PAINEL METÁLICO DE DIMENSÕES 3000X 8000 MM	UND	0,00	189.856,88	0,00	0,00%	COTAÇÃO
4.4	ADAPTADOR METÁLICO ELEM BORRACHA MV 1250 H X 1500 L	UND	1,00	13.342,00	13.342,00	0,36%	COTAÇÃO
4.5	PLACA DE UHMW DIMENSÕES 32 X 765 X 850 MM	UND	24,00	774,00	18.576,04	0,51%	COTAÇÃO
4.6	PLACA DE UHMW DIMENSÕES 32 X 790 X 800 MM	UND	130,00	772,67	100.447,54	2,75%	COTAÇÃO
4.7	PLACA DE UHMW CENTRAIS B 106	UND	16,00	820,97	13.135,51	0,36%	COTAÇÃO
4.8	PLACA DE UHMW LATERAIS B 106	UND	12,00	820,97	9.851,63	0,27%	COTAÇÃO
4.9	ELEMENTO DE BORRACHA SCK 1700 H	UND	1,00	162.084,29	162.084,29	4,43%	COTAÇÃO
4.10	ELEMENTO DE BORRACHA MV 1000 X 1000	UND	40,00	15.679,61	627.184,31	17,15%	COTAÇÃO
4.11	ELEMENTO DE BORRACHA MV 1250 X 1500	UND	4,00	30.880,05	123.520,20	3,38%	COTAÇÃO
4.12	CHUMBADOR AÇO INOX (C/ BUCHA) 2.1/4" X 620 MM	UND	8,00	1.097,55	8.780,39	0,24%	COTAÇÃO
4.13	CHUMBADOR AÇO INOX (C/ BUCHA) 1.3/4" X 445 MM	UND	48,00	450,78	21.637,38	0,59%	COTAÇÃO
4.14	CHUMBADOR AÇO INOX 2" UNC X 580 MM	UND	18,00	548,77	9.877,87	0,27%	COTAÇÃO
4.15	ARRUELA ESPECIAL Ø 63 X 110 X 150 X 9,52 MM - GF	UND	32,00	43,12	1.379,74	0,04%	COTAÇÃO
4.16	ARRUELA CHANFRADA Ø 48 X 86 X 86 X 6 MM - GF	UND	442,00	34,62	15.300,67	0,42%	COTAÇÃO
4.17	ARRUELA CHANFRADA Ø 56 X 92 X 92 X 5/16" - AÇO INOX 304	UND	30,00	45,74	1.372,26	0,04%	COTAÇÃO
4.18	PARAFUSO 2.1/4" X 5.1/2" - GF (BUCHA DO PARAMENTO)	UND	16,00	103,22	1.651,49	0,05%	COTAÇÃO
4.19	PARAFUSO 1.3/4" X 5" - AÇO INOX (BUCHA DO PARAMENTO)	UND	442,00	151,57	66.993,74	1,83%	COTAÇÃO
4.20	PARAFUSO 2" X 4.1/2" - AÇO INOX 304 (PARAMENTO + PAINEL)	UND	30,00	182,92	5.487,63	0,15%	COTAÇÃO
4.21	SUPORTE DE CORRENTE TIPO "U" 1.1/2" X 580 MM - GF	UND	10,00	633,70	6.337,00	0,17%	COTAÇÃO
4.22	SUPORTE DE CORRENTE 127 X 394 X 25 MM - GF C 2 FUROS Ø 38	UND	54,00	326,65	17.638,92	0,48%	COTAÇÃO

4.23	CHUMBADOR PARA SUP CORRENTE CHAPA 1.1/4" X 394 MM GF	UND	108,00	150,26	16.227,75	0,44%	COTAÇÃO
4.24	ARRUELA PARA SUP CORRENTE CHAPA 1.1/4" GF	UND	108,00	9,93	1.072,57	0,03%	COTAÇÃO
4.25	PORCA SEXT 1.1/4" GF PARA CHUMBADOR SUPORTE CHAPA	UND	108,00	7,19	776,25	0,02%	COTAÇÃO
4.26	ARRUELA LISA 2.1/4" GF (FLANGE DO PAINEL)	UND	16,00	18,29	292,62	0,01%	COTAÇÃO
4.27	PORCA SEXT 2.1/4" GF (FLANGE PAINEL)	UND	16,00	41,81	669,00	0,02%	COTAÇÃO
4.28	PARAFUSO 2.1/4" X 6" GF (FLANGE DO PAINEL)	UND	16,00	97,99	1.567,87	0,04%	COTAÇÃO
4.29	CORRENTE COMBINADA 1" X 19 ELOS (1919 MM) GF	UND	4,00	1.114,93	4.459,71	0,12%	COTAÇÃO
4.30	CORRENTE COMBINADA 1" X 20 ELOS (2020 MM) GF	UND	4,00	1.130,70	4.522,81	0,12%	COTAÇÃO
4.31	CORRENTE DE RESTRIÇÃO 1" X 7 ELOS GF	UND	2,00	202,85	405,69	0,01%	COTAÇÃO
4.32	CORRENTE DE RESTRIÇÃO SUPERIOR 1" X 13 (1313 MM) ELOS GF	UND	4,00	371,14	1.484,56	0,04%	COTAÇÃO
4.33	CORRENTE DE RESTRIÇÃO INFERIOR 1" X 13 (1313 MM) ELOS GF	UND	4,00	371,14	1.484,56	0,04%	COTAÇÃO
4.34	CORRENTE DE PESO 1" X 17 ELOS GF	UND	28,00	429,75	12.032,89	0,33%	COTAÇÃO
4.35	CORRENTE DE PESO 1" X 24 ELOS GF	UND	4,00	685,18	2.740,73	0,07%	COTAÇÃO
4.36	CORRENTE DE PESO 1.1/2" X 17 ELOS GF	UND	18,00	1.914,29	34.457,18	0,94%	COTAÇÃO
4.37	CORRENTE COMBINADA 1" X 13 ELOS (1313 MM) GF	UND	4,00	371,14	1.484,56	0,04%	COTAÇÃO
4.38	CORRENTE COMBINADA 1" X 12 ELOS (1212 MM) GF	UND	4,00	365,00	1.460,01	0,04%	COTAÇÃO
4.39	CORRENTE DE CISALHAMENTO 1" X 24 ELOS GF	UND	12,00	685,18	8.222,19	0,22%	COTAÇÃO
4.40	CORRENTE DE CISALHAMENTO 1" X 13 ELOS GF	UND	12,00	371,14	4.453,67	0,12%	COTAÇÃO
4.41	CORRENTE DE CISALHAMENTO 1.1/2" X 18 ELOS GF	UND	10,00	2.027,36	20.273,58	0,55%	COTAÇÃO
4.42	AJUSTADOR DE CORRENTE 1" GF	UND	92,00	228,70	21.040,63	0,58%	COTAÇÃO
4.43	AJUSTADOR DE CORRENTE 1.1/2" GF	UND	18,00	365,31	6.575,61	0,18%	COTAÇÃO
4.44	MANILHA RETA 1" COM PINO ROSCADO GF	UND	380,00	49,65	18.866,29	0,52%	COTAÇÃO
4.45	MANILHA RETA 1.1/2" COM PINO ROSCADO GF	UND	60,00	252,23	15.134,02	0,41%	COTAÇÃO
4.46	ARRUELA M 16 AÇO INOX (FIXAÇÃO PLACAS UHMW)	UND	1.251,00	0,88	1.097,98	0,03%	COTAÇÃO
4.47	PORCA SEXT AÇO INOX M 16 (FIXAÇÃO PLACAS UHMW)	UND	1.251,00	1,90	2.374,00	0,06%	COTAÇÃO
4.48	RESINA PARA ANCORAGEM DE CHUMBADORES COM 600 ML	UND	318,00	115,00	36.569,87	1,00%	COTAÇÃO
4.49				0,00	0,00	0,00%	
GRUPO 6	**SERVIÇOS FINAIS**				**6.870,20**	**0,19%**	
6.1	DESMOBILIZAÇÕES	UN	1,00	6.870,20	6.870,20	0,19%	COM.PROP
NOTAS:							

	TOTAL FORNECIMENTO=		**R$**	**2.129.013,51**
	TOTAL SERVIÇOS=		**R$**	**1.528.979,79**
	BDI (%) FORNECIMENTO =	**13,06%**	**R$**	**278.049,16**
	BDI (%) SERVIÇO =	**25,78%**	**R$**	**394.170,98**
	TOTAL		**R$**	**4.330.213,44**

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA
E M A P
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

TÍTULO: **COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO**

PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.

ENDEREÇO ARQ: \\srv-arquivos\NAPPL\Termo de Referência e PB_Pronto\2016\[Cópia de DEFENSAS -REV 10-licitação.xlsx]CPU

Nº EMAP:

DATA: mar/16

REVISÃO: 0

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO(R$)	PREÇO TOTAL (R$)
2	**MOBILIZAÇÕES/CANTEIRO**				
SINAPI/SEINFRA	**MOBILIZAÇÕES**	**UN**	**COEF.**	**PREÇO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
SINAPI 5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	4,000000	99,83	399,32
SINAPI 83759	CHP-GUINDASTE MADAL MD-10A	CHP	4,000000	156,72	626,88
SEINFRA I7958	REBOCADOR - 300HP	H	6,000000	342,00	2.052,00
SEINFRA I8210	PLATAFORMA FLUTUANTE COMPLETA	H	6,000000	632,00	3.792,00
				PREÇO (mão-de-obra):	
				PREÇO (material):	6.870,20
				QUANTIDADE:	1,00
				PREÇO TOTAL (c/ taxa):	**6.870,20**
SINAPI	**CANTEIRO**	**UN**	**COEF.**	**PREÇO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
SINAPI 73960/001	INSTAL/LIGACAO PROVISORIA ELETRICA BAIXA TENSAO P/CANT OBRA OBRA	UN	1,00	R$ 1.116,50	R$ 1.116,50
SINAPI 74209/001	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	2,50	R$ 281,09	R$ 702,72
SINAPI 85424	ISOLAMENTO DE OBRA COM TELA PLASTICA COM MALHA DE 5MM E ESTRUTURA DE MADEIRA PONTALETEADA	M2	20,40	R$ 13,01	R$ 265,40
SINAPI 93214	EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO DE ÁGUA (1000 LITROS) EM CANTEIRO DE OBRA, APOIADO EM ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_02/2016	UN	1,00	R$ 977,34	R$ 977,34
				PREÇO (mão-de-obra):	
				PREÇO (material):	3.061,96
				QUANTIDADE:	1,00
				PREÇO TOTAL (c/ taxa):	**3.061,96**
SINAPI/COTAÇÃO	**MANUTENÇÃO DE CANTEIRO**	**UN**	**COEF.**	**PREÇO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
SINAPI 5747	CAMINHAO PIPA 6000L TOCO, 162CV - 7,5T (VU=6ANOS) (INCLUI TANQUE DE ACO PARA TRANSPORTE DE AGUA E MOTOBOMBA CENTRIFUGA A GASOLINA 3,5CV) - CUSTO HORARIO PRODUTIVO DIURNO	H	10,00	R$ 63,65	R$ 636,50
SINAPI 14583	ÁGUA	M3	6,00	R$ 12,86	R$ 77,16
SINAPI 2705	ENERGIA ELÉTRICA	KW/H	192,00	R$ 0,68	R$ 130,56
73847/001	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO / ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	MÊS	1,00	507,81	R$ 507,81
73847/002	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT/WC C/1 VASO/1 LAV/1 MIC/4 CHUV LARG =2,20M COMPR = 6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO NERV TRAPEZ FORROC/ISOL TERMO-ACUST CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL INCL INST ELETR/HIDRO-SANIT EXCL TRANSP/CARGA/DESCARGA	MÊS	1,00	686,81	R$ 686,81
					R$ -
				PREÇO (mão-de-obra):	
				PREÇO (material):	2.838,84
				QUANTIDADE:	1,00
				PREÇO TOTAL (c/ taxa):	**2.838,84**
3	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**				
	EQUIPE DE MANUTENÇÃO/MAQ. E EQUIPAMENTOS	**UND**	**COEF.**	**PREÇO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
88276	MONTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - MECÂNICO	HH	40,00	15,26	610,40
88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	HH	80,00	9,92	793,60

88276	MONTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - MAÇARIQUEIRO	HH	40,00	15,26	610,40
73417	GRUPO GERADOR 150 KVA- CHP	H	5,00	110,68	553,40
SEINFRA I0772	TALHA TIRFOR 1,6 T (CHP)	H	12,00	0,35	4,20
SEINFRA I0773	TALHA TIRFOR 3,2 T (CHP)	H	12,00	0,58	6,96
COTAÇÃO INTERNET	POLICORTE	UND	1,00	9,58	9,58
SEINFRA I0759	PERFURATRIZ PNEUMÁTICA (CHP)	H	3,00	9,74	29,23
3291	FURADEIRA DE IMPACTO, PORTATIL, ELETRICA, TIPO INDUSTRIAL, COM MADRIL DE 5/8" (LOCACAO)	H	2,00	0,68	1,36
92716	APARELHO PARA CORTE E SOLDA OXI-ACETILENO SOBRE RODAS, INCLUSIVE CILINDROS E MAÇARICOS - CHP DIURNO. AF_12/2015	CHP	12,00	15,30	183,60
10761	ESMERILHADEIRA ELETRICA INDUSTRIAL 7"	H	8,00	0,51	4,08
3290	LIXADEIRA ELETRICA INDUSTRIAL P/ CORTE OU DESGASTE	H	8,00	0,56	4,48
SEINFRA I8683	MOTOBOMBA DE LAVAGEM	H	8,00	2,60	20,80
SEINFRA I7426	GUINDASTE SOBRE PNEUS CAP. 135 TON	H	12,00	532,00	6.384,00
SEINFRA I0705	CAMINHÃO COMERC. EQUIP. C/GUINDASTE	H	3,00	105,96	317,88
SICRO E211	Máquina para Pintura : Shulz : CSL 10/100 L - compres. De ar p/ pintura c/ filtro	H	8,00	1,46	11,68
				PREÇO (mão-de-obra):	2.014,40
				ADICIONAL (insalubridade) 15%	302,16
				PREÇO (material):	7.531,25
				SUBTOTAL	9.847,81
				QUANTIDADE:	1,00
				TOTAL	**9.847,81**
	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	**UN**	**COEF.**	**PREÇO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.320,00	64,52	R$ 85.166,40
90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.112,00	17,41	R$ 36.769,92
SEINFRA/CE I8588	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	hxmês	12,00	3.026,97	R$ 36.323,64
88237	EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - TEC. SEG. TRAB	H	2.112,00	0,60	R$ 1.267,20
37372	EXAMES (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA* - TEC. SEG. TRAB	H	2.112,00	0,18	R$ 380,16
37373	SEGURO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA* - TEC. SEG. TRAB	H	2.112,00	0,04	R$ 84,48
				PREÇO (mão-de-obra):	158.259,96
				ADICIONAL (insalubridade) 15%	23.738,99
				PREÇO (material):	1.731,84
				SUBTOTAL	183.730,79
				QUANTIDADE:	100,00
				TOTAL	**1.837,31**
6	**SERVIÇOS FINAIS**				
COM.PROP/SINAPI/SEINFRA	**DESMOBILIZAÇÕES**	**UN**			
SINAPI 5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV,	CHP	4,000000	99,83	399,32
SINAPI 83759	CHP-GUINDASTE MADAL MD-10A	CHP	4,000000	156,72	626,88
SEINFRA I7958	REBOCADOR - 300HP	H	6,000000	342,00	2.052,00
SEINFRA I8210	PLATAFORMA FLUTUANTE COMPLETA	H	6,000000	632,00	3.792,00
				PREÇO (mão-de-obra):	
				PREÇO (material):	6.870,20
				PREÇO TOTAL (unit.):	
				LS(%):	
				BDI(%):	
				ADM(%):	
				TOTAL TAXA:	
				PREÇO TOTAL UNIT. (c/ taxa):	6.870,20
				QUANTIDADE:	1,00
				PREÇO TOTAL (c/ taxa):	**6.870,20**

COMPOSIÇÃO DE BDI - FORNECIMENTO

	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA **E M A P** **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**
	TÍTULO: **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI(FORNECIMENTO)**
ENDEREÇO ARQ: \\srv-arquivos\NAPPL\Termo de Referência e PB_Pronto\2016\[Cópia de DEFENSAS -REV 10-licitação.xlsx]CPU	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.
	Nº EMAP: / DATA: mar/16 / REVISÃO: 0

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
1	**ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**	**3,00%**
2	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**0,85%**
3	**SEGURO / GARANTIA / RISCO**	**0,86%**
3.1	Seguros + Garantias	0,30%
3.2	Riscos	0,56%
4	**LUCRO BRUTO**	**4,00%**
5	**TRIBUTOS**	**3,65%**
5.1	ISS	0,00%
5.2	PIS	0,65%
5.3	COFINS	3,00%
5.4	CPRB	0,00%

BDI = $[\frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1]*100$ **= 13,06%**

NOTAS:

1 - Esta planilha foi elaborada com base no Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário e na lei 12.844/2013.

2 - Alíquota do ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1° e art. 8° da Lei Complementar n° 116/2001;

COMPOSIÇÃO DE BDI - SERVIÇOS

EMAP AUTORIDADE PORTUÁRIA	**EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA** **E M A P** **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**
	TÍTULO: **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI(SERVIÇOS)**
ENDEREÇO ARQ: \\srv-arquivos\NAPPL\Termo de Referência e PB_Pronto\2016\[Cópia de DEFENSAS -REV 10-licitação.xlsx]CPU	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.
	Nº EMAP: / DATA: mar/16 / REVISÃO: 0

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
1	**ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**	**4,00%**
2	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**0,94%**
3	**SEGURO / GARANTIA / RISCO**	**2,27%**
3.1	Seguros + Garantias	0,81%
3.2	Riscos	1,46%
4	**LUCRO BRUTO**	**7,14%**
5	**TRIBUTOS**	**8,63%**
5.1	ISS	0,48%
5.2	PIS	0,65%
5.3	COFINS	3,00%
5.4	CPRB	4,50%

BDI = $\left[\frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1\right]*100$ **= 25,78%**

NOTAS:

1 - Esta planilha foi elaborada com base no Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário e na lei 12.844/2013.

2 - Alíquota do ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1° e art. 8° da Lei Complementar n° 116/2001;

3 - A alíquota do ISS aplicada no município de São Luís é de 5%, porém, o Decreto Nº 44910 DE 23/12/2013, Art. 2º diz que o contribuinte poderá optar pelo regime presumido de dedução de materiais, sem a obrigatoriedade da comprovação prevista nos parágrafos 2º e 4º do artigo anterior

Taxa = 5% da mão de obra, mão de obra = 9,65% do orçamento, então multiplicando 5% x 9,65% = 0,48%

4 - Alíquota máxima de PIS é de até 0,65% conforme Lei n°10.637/02 em consonância ao Regime de Tributação da Empresa;

5 - Alíquota máxima de COFINS é de 3% conforme Lei n° 10.833/03;

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

EMAP AUTORIDADE PORTUÁRIA	**EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA** **E M A P** **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**
	TÍTULO: **PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS**
ENDEREÇO ARQ: \\srv-arquivos\NAPPL\Termo de Referência e PB_Pronto\2016\[Cópia de DEFENSAS -REV 10-licitação.xlsx]MOD CPU	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.
	Nº EMAP: 0 / DATA: mar/16 / REVISÃO: 0

SINAPI - Composição de Encargos Sociais

CAIXA

MARANHÃO — VIGÊNCIA A PARTIR DE 04/2015

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
		COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	**Total**	**16,80%**	**16,80%**	**36,80%**	**36,80%**
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,91%	Não incide	17,91%	Não incide
B2	Feriados	3,96%	Não incide	3,96%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,91%	0,69%	0,91%	0,69%
B4	13º Salário	10,95%	8,33%	10,95%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,08%	0,06%	0,08%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,64%	Não incide	1,64%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,12%	0,09%	0,12%	0,09%
B9	Férias Gozadas	10,53%	8,02%	10,53%	8,02%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	**Total**	**46,86%**	**17,77%**	**46,86%**	**17,77%**
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,98%	5,32%	6,98%	5,32%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,16%	0,13%	0,16%	0,13%
C3	Férias Indenizadas	3,92%	2,98%	3,92%	2,98%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,28%	4,02%	5,28%	4,02%
C5	Indenização Adicional	0,59%	0,45%	0,59%	0,45%
C	**Total**	**16,93%**	**12,90%**	**16,93%**	**12,90%**
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,87%	2,99%	17,24%	6,54%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,59%	0,45%	0,62%	0,47%
D	**Total**	**8,46%**	**3,44%**	**17,86%**	**7,01%**
TOTAL(A+B+C+D)		**89,05%**	**50,91%**	**118,45%**	**74,48%**

Fonte: Informação Dias de Chuva = INMET

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta de preço relativa a licitação **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços, *e que atendemos plenamente às exigências de habilitação*, comprometendo-se a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e medicina no trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
CNPJ:
DADOS BANCÁRIOS:

ITENS	SERVIÇOS	UNID	QUANT. (A)	PREÇO UNITÁRO (B).	PREÇO MENSAL (C= AxB)	PREÇO ANUAL (D=Cx12)	%
GRUPO 1	**SERVIÇOS INICIAIS**				**0,00**	**0,00**	**0,00%**
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00%
GRUPO 2	**MOBILIZAÇÕES/CANTEIRO**				**0,00**	**0,00**	**0,00%**
2.1	MOBILIZAÇÕES	UN	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2	CANTEIRO	UND	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.3	MANUTENÇÃO DE CANTEIRO	UND	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
GRUPO 3	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**				**0,00**	**0,00**	**0,00%**
3.1	EQUIPE DE MANUTENÇÃO/MAQ. E EQUIPAMENTOS	UND	73,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	%	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.3	PLATAFORMA FLUTUANTE COMPLETA	DIÁRIA	14	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.4	REBOCADOR 300HP	DIÁRIA	14	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.5	RECUPERAÇÃO DE PAINEL METÁLICO	CONJ	54	0,00	0,00	0,00	0,00%
GRUPO 4	**FORNECIMENTO DE MATERIAIS**				**0,00**	**0,00**	**0,00%**
4.1	PAINEL METÁLICO DE DIMENSÕES 2300 X 3400 MM	UND	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.2	PAINEL METÁLICO DE DIMENSÕES 2400 X 6500 MM	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.3	PAINEL METÁLICO DE DIMENSÕES 3000X 8000 MM	UND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.4	ADAPTADOR METÁLICO ELEM BORRACHA MV 1250 H X 1500 L	UND	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

4.5	PLACA DE UHMW DIMENSÕES 32 X 765 X 850 MM	UND	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.6	PLACA DE UHMW DIMENSÕES 32 X 790 X 800 MM	UND	130,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.7	PLACA DE UHMW CENTRAIS B 106	UND	16,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.8	PLACA DE UHMW LATERAIS B 106	UND	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.9	ELEMENTO DE BORRACHA SCK 1700 H	UND	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.10	ELEMENTO DE BORRACHA MV 1000 X 1000	UND	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.11	ELEMENTO DE BORRACHA MV 1250 X 1500	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.12	CHUMBADOR AÇO INOX (C/ BUCHA) 2.1/4" X 620 MM	UND	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.13	CHUMBADOR AÇO INOX (C/ BUCHA) 1.3/4" X 445 MM	UND	48,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.14	CHUMBADOR AÇO INOX 2" UNC X 580 MM	UND	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.15	ARRUELA ESPECIAL Ø 63 X 110 X 150 X 9,52 MM - GF	UND	32,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.16	ARRUELA CHANFRADA Ø 48 X 86 X 86 X 6 MM - GF	UND	442,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.17	ARRUELA CHANFRADA Ø 56 X 92 X 92 X 5/16" - AÇO INOX 304	UND	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.18	PARAFUSO 2.1/4" X 5.1/2" - GF (BUCHA DO PARAMENTO)	UND	16,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.19	PARAFUSO 1.3/4" X 5" - AÇO INOX (BUCHA DO PARAMENTO)	UND	442,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.20	PARAFUSO 2" X 4.1/2" - AÇO INOX 304 (PARAMENTO + PAINEL)	UND	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.21	SUPORTE DE CORRENTE TIPO "U" 1.1/2" X 580 MM - GF	UND	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.22	SUPORTE DE CORRENTE 127 X 394 X 25 MM - GF C 2 FUROS Ø 38	UND	54,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.23	CHUMBADOR PARA SUP CORRENTE CHAPA 1.1/4" X 394 MM GF	UND	108,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.24	ARRUELA PARA SUP CORRENTE CHAPA 1.1/4" GF	UND	108,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.25	PORCA SEXT 1.1/4" GF PARA CHUMBADOR SUPORTE CHAPA	UND	108,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.26	ARRUELA LISA 2.1/4" GF (FLANGE DO PAINEL)	UND	16,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.27	PORCA SEXT 2.1/4" GF (FLANGE PAINEL)	UND	16,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.28	PARAFUSO 2.1/4" X 6" GF (FLANGE DO PAINEL)	UND	16,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.29	CORRENTE COMBINADA 1" X 19 ELOS (1919 MM) GF	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.30	CORRENTE COMBINADA 1" X 20 ELOS (2020 MM) GF	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.31	CORRENTE DE RESTRIÇÃO 1" X 7 ELOS GF	UND	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.32	CORRENTE DE RESTRIÇÃO SUPERIOR 1" X 13 (1313 MM) ELOS GF	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.33	CORRENTE DE RESTRIÇÃO INFERIOR 1" X 13 (1313 MM) ELOS GF	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.34	CORRENTE DE PESO 1" X 17 ELOS GF	UND	28,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.35	CORRENTE DE PESO 1" X 24 ELOS GF	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.36	CORRENTE DE PESO 1.1/2" X 17 ELOS GF	UND	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.37	CORRENTE COMBINADA 1" X 13 ELOS (1313 MM) GF	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

4.38	CORRENTE COMBINADA 1" X 12 ELOS (1212 MM) GF	UND	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.39	CORRENTE DE CISALHAMENTO 1" X 24 ELOS GF	UND	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.40	CORRENTE DE CISALHAMENTO 1" X 13 ELOS GF	UND	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.41	CORRENTE DE CISALHAMENTO 1.1/2" X 18 ELOS GF	UND	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.42	AJUSTADOR DE CORRENTE 1" GF	UND	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.43	AJUSTADOR DE CORRENTE 1.1/2" GF	UND	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.44	MANILHA RETA 1" COM PINO ROSCADO GF	UND	380,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.45	MANILHA RETA 1.1/2" COM PINO ROSCADO GF	UND	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.46	ARRUELA M 16 AÇO INOX (FIXAÇÃO PLACAS UHMW)	UND	1.251,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.47	PORCA SEXT AÇO INOX M 16 (FIXAÇÃO PLACAS UHMW)	UND	1.251,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
4.48	RESINA PARA ANCORAGEM DE CHUMBADORES COM 600 ML	UND	318,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
GRUPO 6	**SERVIÇOS FINAIS**				**0,00**	**0,00**	**0,00%**
6.1	DESMOBILIZAÇÕES	UN	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL FORNECIMENTO=			**R$ -**			
	TOTAL SERVIÇOS=			**R$ -**			
	BDI (%) FORNECIMENTO =		**0,00%**	**R$ -**			
	BDI (%) SERVIÇO =		**0,00%**	**R$ -**			
	TOTAL GERAL COM BDI			**R$ -**			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ _____, (_____).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

PRAZO TOTAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 12 (doze) meses.

Data, ___de _____de 2016.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

São Luís - MA., ___ de _____ 2016.

AO
PREGOEIRO DA EMAP

(empresa)_____, por seu representante legal, que esta subscreve, credencia o Sr. _____, portador da CI n° _____ e do CPF n° _____, para representá-la perante o **Pregão** em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase do processo licitatório e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Atenciosamente,

_____
Nome e assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA **E M A P** **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**				
	TÍTULO: **ANEXO IV - MODELO COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO**				
ENDEREÇO ARQ:	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.				
	Nº EMAP:		DATA:		REVISÃO: 0
CÓDIGO	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**COEF.**	**PREÇO(R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**

CÓDIGO	**SERVIÇO**	**UN**	**COEF.**	**PREÇO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
					0,00
					0,00
					0,00
					0,00
				PREÇO (mão-de-obra):	
				PREÇO (material):	0,00
				QUANTIDADE:	1,00
				PREÇO TOTAL (c/ taxa):	**0,00**

CÓDIGO	**SERVIÇO**	**UN**	**COEF.**	**PREÇO (R$)**	**PREÇO TOTAL (R$)**
					0,00
					0,00
					0,00
					0,00
				PREÇO (mão-de-obra):	
				PREÇO (material):	0,00
				QUANTIDADE:	1,00
				PREÇO TOTAL (c/ taxa):	**0,00**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

EMAP AUTORIDADE PORTUÁRIA	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA E M A P GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO		
	TÍTULO: ANEXO VII - MODELO DA PLANILHA MODELO DE ENCARGOS SOCIAIS		
ENDEREÇO ARQ:	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.		
	Nº EMAP: 0	DATA:	REVISÃO: 0

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)	MENSALISTA(%)
GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS			
A 1	INSS - Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91		
A 2	SESI ou SESC - Artigo 3° Lei 8.036/90		
A 3	SENAI ou SENAC - Decreto 2.318/86		
A 4	INCRA - Lei 7.787 de 30/06/89 e DL 1.146/70		
A 5	SEBRAE - Artigo 8° Lei 8.029/90 e Lei 8.154 de 28/12/90		
A 6	Salário Educação - Artigo 3° Inciso I Decreto 8.704/82		
A 7	Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS		
A 8	FGTS - Artigo 15 Lei 8.030 e Artigo 7° Inciso III CF/88		
A 9	SECONCI		
	SUBTOTAL GRUPO A		
GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A			
B 1	Repouso Semanal Remunerado		
B 2	Feriados		
B 3	Auxílio-Enfermidade		
B 4	13º Salário		
B 5	Licença Paternidade		
B 6	Faltas justificadas		
B 7	Dias de Chuvas		
B 8	Auxilio Acidente do Trabalho		
B 9	Férias Gosadas		
B 10	Salário Maternidade		
	SUBTOTAL GRUPO B		
GRUPO C - ENCARGOS QUE NÂO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO B			
C 1	Aviso Prévio indenizado		
C2	Aviso Prévio Trabalhado		
C 3	Férias (indenizadas)		
C 4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		
C 5	Indenização Adicional		
	SUBTOTAL GRUPO C		
GRUPO D - INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B			
D 1	Reincidência de A sobre B		
D 2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado e		
	SUBTOTAL GRUPO D		
TOTAL(A+B+C+D)			

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO VI

MODELO DE BDI - FORNECIMENTO

	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA **E M A P** **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**		
	TÍTULO: **ANEXO VI - MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI(FORNECIMENTO)**		
ENDEREÇO ARQ:	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.		
	Nº EMAP:	DATA:	REVISÃO: 0

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
1	**ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**	**0,00%**
2	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**0,00%**
3	**SEGURO / GARANTIA / RISCO**	**0,00%**
3.1	Seguros + Garantias	0,00%
3.2	Riscos	0,00%
4	**LUCRO BRUTO**	**0,00%**
5	**TRIBUTOS**	**0,00%**
5.1	ISS	0,00%
5.2	PIS	0,00%
5.3	COFINS	0,00%
5.4	CPRB	0,00%

BDI = $[\frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1]*100$ **= 0,00%**

NOTAS:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO VII

MODELO DE BDI - SERVIÇO

EMAP AUTORIDADE PORTUÁRIA	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA E M A P GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
	TÍTULO: ANEXO VI - MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI(SERVIÇOS)
ENDEREÇO ARQ:	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.
	Nº EMAP: / DATA: / REVISÃO: 0

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
1	**ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**	**0,00%**
2	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**0,00%**
3	**SEGURO / GARANTIA / RISCO**	**0,00%**
3.1	Seguros + Garantias	0,00%
3.2	Riscos	0,00%
4	**LUCRO BRUTO**	**0,00%**
5	**TRIBUTOS**	**0,00%**
5.1	ISS	0,00%
5.2	PIS	0,00%
5.3	COFINS	0,00%
5.4	CPRB	0,00%

BDI = $[\frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1]*100$ **= 0,00%**

NOTAS:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO VIII

MODELO CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO

ENDEREÇO ARQ:	EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO E M A P GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	PROJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da EMAP, em São Luís – MA.	
	TÍTULO: **ANEXO V - MODELO DE CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO**		
	Nº CONTRATADA:	Nº EMAP: 0000	DATA: / REVISÃO: 0

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	R$	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS	4 MÊS	5 MÊS	6 MÊS	7 MÊS	8 MÊS	9 MÊS	10 MÊS	11 MÊS	12 MÊS
GRUPO 1	SERVIÇOS INICIAIS	0,00												
		#DIV/0!												
GRUPO 2	MOBILIZAÇÕES/CANTEIRO	0,00												
		#DIV/0!												
GRUPO 3	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	0,00												
		#DIV/0!												
GRUPO 4	FORNECIMENTO DE MATERIAIS	0,00												
		#DIV/0!												
GRUPO 6	SERVIÇOS FINAIS	0,00												
		#DIV/0!												
TOTAL DA OBRA/DESEMBOLSO MENSAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
DESEMBOLSO ACUMULADO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% ACUMULADO			#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DOS LOCAIS ONDE SERÁ REALIZADA A OBRA/SERVIÇO

À

COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL

NESTA

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, em atendimento ao previsto no Edital, que tem conhecimento dos locais onde será realizada a obra/serviço e que é detentora de todas as informações relativas à sua execução.

Declara, ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de quaisquer fatos para solicitar qualquer alteração das condições contratuais, caso a nossa empresa seja a vencedora da licitação.

Local, data e assinatura

_____

Nome e assinatura do responsável legal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP**

A Empresa _____, signatária inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, sob as penas da lei, nos termos do art. 4, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02, possuir todos os requisitos constantes do edital que a habilite a participar do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP** .

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o edital e seus anexos e que se submete a todos os seus termos.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____
Assinatura do responsável legal da licitante

Obs: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITANTE. A FALTA DESTA IMPLICARÁ NA SUA DESCLASSIFICAÇÃO NA LICITAÇÃO, SALVO SE O INTERESSADO PRESENTE NA SESSÃO FOR SÓCIO OU PROPRIETÁRIO OU PROCURADOR, O QUAL PODERÁ PRODUZIR ESTE DOCUMENTO NO MOMENTO EM QUE FOR CONSTATADA A SUA FALTA NA PRÓPRIA SESSÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO XI

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DE SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº_____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, R.G. nº_____, CPF nº _____, DECLARA para os fins de direito, caso seja declarada vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP** e celebrado o respectivo Contrato Administrativo, que se compromete a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e medicina no trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____
Assinatura do responsável legal da licitante

Obs: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITANTE. A FALTA DESTA IMPLICARÁ NA SUA DESCLASSIFICAÇÃO NA LICITAÇÃO, SALVO SE O INTERESSADO PRESENTE NA SESSÃO FOR SÓCIO OU PROPRIETÁRIO OU PROCURADOR, O QUAL PODERÁ PRODUZIR ESTE DOCUMENTO NO MOMENTO EM QUE FOR CONSTATADA A SUA FALTA NA PRÓPRIA SESSÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP**

DECLARO, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que a Empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, sob as penas da lei, nos termos do § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93, que até a data de entrega dos envelopes, nenhum fatos ocorreu que inabilite a empresa em participar do Pregão Presencial em epígrafe, e que contra a mesma não existe pedido de falência.

Declara, outrossim, conhecer na íntegra o edital e seus anexos e que se submete a todos os seus termos.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____
Assinatura do responsável legal da licitante

OBS: ESTA DECLARAÇÃO É OBRIGATÓRIA SOMENTE À LICITANTE QUE OPTAR PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO INTEGRADO DE FORNECEDORES-CRIF, EXPEDIDO PELA EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP, OU O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC, EMITIDO PELA COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CCL, EM SUBSTITUIÇÃO AOS DOCUMENTOS ENUMERADOS NOS SUBITENS 8.4.1 E 8.4.2 DO EDITAL.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EMPREGABILIDADE DE MENOR

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, D E C L A R A, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

São Luís, __ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do responsável legal da licitante

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO XV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2016/00-EMAP

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA– EMAP E A EMPRESA _____, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE DEFENSAS MARÍTIMAS DE RESPONSABILIDADE EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP.

A Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP pertencente a administração pública indireta do Governo do Estado do Maranhão, , inscrita no CNPJ nº **03.650.060/0001- 48,** com sede na Av. dos Portugueses s/nº, CEP 65085-370 Porto do Itaqui, São Luís, Maranhão, Brasil, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu titular, **Eduardo de Carvalho Lago Filho**, CI nº _____ SSP/MA, CPF nº _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, _____, CI nº _____, CPF nº _____**-** __, têm, entre si, ajustado o presente Contrato de execução de Manutenção de Defensas Marítimas de Responsabilidade Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, decorrente do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP**, submetendo-se as partes às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei nº. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, Decreto Estadual nº 21.040, de 17 de fevereiro de 2005, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147 de 07 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, bem como as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

O presente Contrato tem por objeto a execução dos serviços de manutenção de defensas marítimas de responsabilidade da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, em São Luís – MA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do serviço objeto deste contrato é de no máximo 12 (doze) meses, com inicio a partir da data contida na Ordem de Serviço emitida pela EMAP e observará obrigatoriamente a vigência contratual, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme estabelece o art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93, em razão da natureza contínua deste serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o **Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP**, com seus anexos, e a **Proposta de Preços da CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total deste Contrato é de **R$ _____(_____)**. Nos preços estão incluídas todas as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, EPI´s, EPC's, alimentação, transporte, tributos e taxas, assim como quaisquer outras que incidirem de forma direta ou indiretamente à necessária e perfeita execução dos serviços objeto do presente Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente **Contrato** correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Orçamento da EMAP, Fonte 227 – Recursos das Empresas Estatais – Infraestrutura Portuária – Manutenção e Reparos em Engenharia, no valor de **R$ _____ (_____).** para o exercício financeiro de 2016/2017.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

O preço referido na Cláusula Quinta, Caput, deste Contrato, constante na Proposta da Contratada apresentada no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP** será fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses. Ultrapassado esse período, o reajustamento do contrato far-se-á na mesma proporção da variação verificada no Índice para Obras Públicas, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e adotados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT ou na sua ausência, qualquer outro utilizado determinado pela legislação em vigor..

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do Contrato, de acordo com o constante no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O objeto deste Contrato será fiscalizado pelo Sr. _____, _____ da EMAP, daqui por diante denominada simplesmente "Fiscalização", independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços, que venham a ser determinados pela EMAP, a seu exclusivo juízo, podendo ser substituído pelo Sr. _____, _____ da EMAP, em seu impedimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A Fiscalização de que trata o "caput" desta Cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE, de seus empregados, prepostos ou contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Todas as Ordens-de-Serviço, instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a Contratada, serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A CONTRATADA manterá sempre um preposto para as tratativas e para resolver as questões que surgirem durante a execução deste Contrato.

PARÁGRAFO QUARTOS. Quando da execução das atividades:

a) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor do contrato devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

b) A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

c) A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, entre outros.

d) A partir do quinto dia de atraso na execução do serviço ou o descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar advertência, desde que não configure hipótese de aplicação de sansão mais grave, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

e) A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

f) As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

CLÁUSULA NONA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

Todas as medições serão realizadas mediante apresentação das comprovações de pagamento, referente aos custos com a mão de obra, materiais e equipamentos descritos na planilha orçamentária e composição de custo unitário, podendo ser glosado, ou seja, não será medido qualquer item que porventura não seja utilizado/disponibilizado para o serviço.

PARAGRAFO PRIMEIRO. Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA até o dia 7 (sete) do mês seguinte o "Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida", que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Valor contratado;
- Lista de imperfeições, acaso existente;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado de acordo com a demanda executada em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços, contado a partir do recebimento da nota fiscal, de acordo com a quantidade solicitada e efetivamente entregue pela contratada, correspondente aos serviços entregues e atestados pela fiscalização. Cumprindo ainda a contratada com a entrega dos documentos obrigatórios, em prazo hábil para contabilização.

A nota fiscal será emitida em nome da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ: 03.650.060/0001-48 Inscrição Estadual nº 12.180.031-18, endereço na Avenida dos Portugueses s/n, edifício Washington Viegas – Porto do Itaqui, CEP: 65.085-370 São Luís – MA.

PARAGRAFO ÚNICO. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A garantia será prestada em **até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato**, **no percentual de 5%** do valor global contratado, devendo ter validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, em uma das modalidades a seguir, não sendo concedido, em nenhuma hipótese, prazo para apresentação da garantia após esse prazo:

a) Em dinheiro;

b) Seguro garantia;

c) Fiança bancária somente emitida por instituição financeira devidamente credenciada junto ao Banco Central do Brasil;

d) Títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARAGRAFO PRIMEIRO. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

d.1) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

d.2) multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;

d.3) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

d.3) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

PARAGRAFO SEGUNDO. Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

PARAGRAFO TERCEIRO. Se a opção recair em Seguro Garantia a mesma deverá ser feita mediante entrega da Apólice em original, acompanhada de comprovante de pagamento do respectivo prêmio, devendo ainda conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 03 (três) meses consecutivos após o prazo de validade deste contrato.

PARAGRAFO QUARTO. Se a opção recair em Fiança Bancária a mesma deverá ser feita mediante entrega da Carta de Fiança, em original, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) do emitente devidamente comprovado, devendo conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, inalienabilidade e de irrevogabilidade e deverá ser válida por pelo menos 03 (três) meses consecutivos após o prazo de validade do contrato.

PARAGRAFO QUINTO. Caso ocorra prorrogação do Contrato, a Contratada fica obrigada a apresentar **no ato da assinatura do termo aditivo ou em até 15 (quinze) dias dessa data, a critério da EMAP**, a renovação da caução prestada quando a mesma tiver sido feita nas modalidades de seguro garantia ou fiança bancária.

PARAGRAFO SEXTO. A **Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP** poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

a) Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

PARAGRAFO SÉTIMO. A garantia será restituída após o cumprimento das obrigações contratuais devidamente atestada pela Fiscalização e/ou Comissão da **EMAP** designada para esse fim.

PARAGRAFO OITAVO. Se a licitante vencedora se recusar injustificadamente a assinar, aceitar ou retirar o contrato e/ou **prestar a garantia** e/ou receber a Ordem de Serviço, dentro do prazo estabelecido pela EMAP, hipóteses em que se caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, a Sessão será retomada e as demais licitantes serão chamadas na ordem de classificação, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades contidas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) A Contratada apresentará um Gestor ou Preposto para a execução dos serviços objeto do contrato, indicando à FISCALIZAÇÃO os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica, ao qual lhe compete:

a.1) Coordenar as relações da empresa com o gestor do contrato;

a.2) Gerenciar os serviços.

a.3) Receber as notificações do gestor do contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade;

b) A empresa prestadora de serviços, doravante denominada Contratada, além do fornecimento da mão de obra, ferramentas e utensílios para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

c) A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. Da decisão referida, cabe recurso à CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias.

d) É condição para início do contrato a indicação do representante da CONTRATADA, Engenheiro, com registro em conselho de Classe, devidamente em dias.

e) A CONTRATADA deverá apresentar as ART´s – Anotações de Responsabilidade Técnica, de execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, no prazo de até 10 (dez) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço.

f) Refazer os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão negligência, imperícia ou processos inadequados.

g) Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Projeto Básico.

h) A inadimplência da contratada, referente aos encargos não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, observando-se o seguinte:

h.1) Em relação à seguridade social:

h.1.1) A vedação à contratação de quem esteja em situação irregular

h.2) Em relação às contribuições e pagamentos;

h.2.1) A necessidade de pagar os serviços quando a inadimplência for superveniente à contratação;

h.2.2) O dever de providenciar oportunamente a rescisão dos contratos contínuos quando o contratado permanecer em situação de inadimplência;

h.2.3) O dever de reter as contribuições incidentes nos pagamentos efetuados.

h.3) Em relação aos encargos trabalhistas, inclusive parcelas remuneratórias e indenizatórias:

h.3.1) O dever de fiscalizar;

h.3.2) a necessidade de registrar, no livro de ocorrências ou no diário de obras, a fiscalização ocorrida;

h.3.3) a possibilidade de o contrato prever a retenção mensal das parcelas de provisão de quitação, a qual será paga ao contratado se incorrer nessas despesas com a apresentação, após o término do contrato, dos recibos de rescisão homologados pelo sindicato ou Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

i) A CONTRATADA deverá procurar a GERÊNCIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE - GESMA, para tomar ciência de todas as normas relativas a saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação e cumpri-las fielmente.

j) Cumprir cada uma das normas constantes do Caderno de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP.

k) Responsabilizar-se pela observância das normas técnicas indicadas neste Termo, inclusive atendendo aos critérios e prescrições estabelecidas nas normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ISO – International Organization for Standardization.
l) Seguir os procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui.
m) Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive o mal executado, quando requerido pela FISCALIZAÇÃO.
n) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
o) Selecionar e preparar rigorosamente os colaboradores que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas, em suas carteiras de trabalho;
p) Apresentar, antes do inicio da prestação dos serviços, ficha dos colaboradores devidamente digitalizada, contendo dados de identificação pessoal e endereço do colaborador e providenciar o devido credenciamento junto a Guarda Portuária da EMAP e Receita Federal de São Luís, de todo seu pessoal, mantendo documentação atualizada a Fiscalização da EMAP, juntamente com atestados de saúde e vacinação;
q) Apresentar atestado de "bons antecedentes" de cada colaborador.
r) Manter atendimento ininterrupto dos serviços quando solicitado;
s) Apresentar RDO dos serviços, exceto domingos e feriados..
t) Avisar por escrito ao representante do CONTRATANTE, em tempo hábil, qualquer divergência ou incoerências do Plano de Trabalho ou quaisquer fatos sobre a execução dos serviços a serem realizados, para serem devidamente analisados e corrigidos.
u) Havendo necessidade de que os serviços sejam executados em dias e horários diferentes do estipulado, a contratada e o contratado, em comum acordo, o solicitará formalmente ao Gestor do contrato.
v) Qualquer serviço a ser executado, não constante do objeto deste contrato, deverá ser, previamente, autorizado pelo CONTRATANTE, à vista de composição específica, devendo haver também disponibilidade de recursos para a cobertura dos correspondentes acréscimos.
w) Fornecer gratuitamente os equipamentos de segurança individuais (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Termo.
x) Fornecer a todos os funcionários que exercem suas funções ao ar livre, protetor solar com Certificação de Aprovação conforme as categorias, sendo um frasco por funcionário, repondo sempre que necessário;
y) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das Normas Disciplinares determinadas pela Administração;
z) Treinar os empregados constantemente, observando conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, EPI's, ferramentas e utensílios disponíveis, objetivando a correta execução dos serviços e promovendo a consciência do não desperdício;
aa) Responder perante o Contratante e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados.
bb) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas após notificação, qualquer colaborador considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE;
cc) A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial a que se refere o objeto do Projeto Básico, caso seja necessária à aplicação dessa condição.

dd) Cumprir, além dos postulados legais vigentes nos âmbitos federal, estadual e municipal, as Normas de Segurança da Administração;

ee) Substituir os colaboradores que não se apresentarem devidamente uniformizados e com crachás, com fotografia recente, em completas condições de higiene e segurança, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), específicos para as atividades, à qualificação necessária e o horário de execução dos serviços;

ff) Os colaboradores responsáveis pela condução (Gestores, Encarregados e Técnicos) dos veículos destinados a execução deste termo, bem como pelo transporte de pessoal e equipamentos, deverá contar com a habilitação necessária, assim como, seguir os limites de velocidade determinados para as rodovias e vias internas das dependências da CONTRATANTE, além de respeitar as demais normas previstas no CTB.

gg) Realizar os serviços solicitados pela EMAP, com a observância dos prazos por ela determinados.

hh) Antes de iniciar os trabalhos, expor a metodologia proposta, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída.

ii) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, que possam ser confundidos com similares de propriedade da EMAP;

jj) Realizar apresentações multimídia mensais dos resumos dos resultados finais, e submeter para aprovação da FISCALIZAÇÃO, permitindo posterior divulgação.

kk) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

ll) A Contratada deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

mm) Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura;

nn) Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada à Contratante, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior. Não será permitida a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos acima mencionados;

oo) Manter, por si e por técnicos e/ou prepostos, em total e irrestrita confidencialidade, todas as condições, o escopo e as informações recebidas em razão dos serviços e durante a execução dos trabalhos, as quais constarão exclusivamente dos arquivos e dos relatórios que vierem a ser emitidos.

pp) Não utilizar e/ou divulgar a terceiros, por si e por seus técnicos e/ou prepostos, o escopo do trabalho contratado, as informações que venham a obter junto à EMAP, assim como os resultados dos serviços, mantendo o sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem prestados;

qq) Manter informado o técnico responsável da FISCALIZAÇÃO/EMAP, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

rr) As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas.

ss) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

tt) Quando houver ocorrências, deverá entregar o "Formulário de Ocorrências para Manutenção devidamente preenchido e assinado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Efetuar os pagamentos nas condições, prazos e preços pactuados;
b) Efetuar o pagamento até o 30º dia após a apresentação da nota fiscal, caso a contratada cumpra com todas as exigências constantes neste Projeto Básico, por meio de atesto do gestor responsável pelo contrato.
c) Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado e, ainda, por consumidores com perfil de atendimento semelhantes, de forma a garantir que eles continuem os mais vantajosos para a Administração;
d) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços;
e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado;
f) Documentar as ocorrências notificando a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
g) Exercer a atestação da efetiva execução dos serviços e a sua fiscalização por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei vigente;
h) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos serviços.
i) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços.
j) Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso.
k) Emitir a ordem de serviço ou documento equivalente, especificando a quantidade necessária, tempo a ser executado o serviço e o tipo de serviço a ser entregue;
l) Rejeitar, todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;
m) É permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o gestor de informações pertinentes a essa atribuição.
n) Os fatos que possam determinar prorrogação de prazo, reajustamento do valor contratual ou justificação de mora só podem ser considerados se estiverem motivados e devidamente anotados no registro próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, e das responsabilizações civil e criminal por ilícitos a que tiver dado causa, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas a seguir descritas:

a) Advertência escrita, podendo, ainda, se for o caso, ser fixado prazo para a adoção de medidas corretivas;
b) Multa:

b1. De 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b2. De 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

b3. De 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação nas seguintes situações:

b3.1) recusa injustificada em assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela EMAP;

b3.2) no descumprimento de cláusula contratual, à exceção da que estabeleça prazo para entrega do objeto ou de parcela deste, cuja não observância sujeita o responsável às sanções previstas nas alíneas “b1” e “b2”, conforme o caso.

b4. Decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso na execução do objeto pactuado, este contrato será rescindido, exceto se houver interesse justificado da **EMAP** na manutenção da avença, sem prejuízo de o autor do ilícito ser apenado na forma da alínea “b2”, desta Cláusula;

b5. No caso de não pagamento voluntário no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação da aplicação da sanção, a **EMAP** poderá:

b5.1) descontar o valor da multa dos pagamentos porventura devidos pela EMAP;

b5.2) descontar da garantia caso a multa seja de valor superior aos créditos da CONTRATADA, devendo a garantia ser recomposta no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de se configurar inexecução contratual.

b5.3) inscrevê-la em dívida ativa para futura cobrança judicial, na impossibilidade de adoção das medidas previstas nas alíneas “b5.1” e “b5.2”.

b6. A multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções, em função da natureza e da gravidade do ilícito.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, devendo ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

c1. por até 30 (trinta) dias:

c1.1) descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência;

c1.2) perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação;

c2. de 31 (trinta e um) dias a 6 (seis) meses:

c2.1) reincidências no cometimento de ilícito punível com advertência, em prazo inferior a 12 (doze) meses da última sanção aplicada, que cause grave prejuízo à EMAP;

c2.2) aplicação de nova sanção de multa pelas seguintes condutas, nos casos de atraso na execução do objeto, que cause grave prejuízo à EMAP, ou por alteração de quantidade ou qualidade prevista no edital ou na proposta;

c3. de 6 (seis) a 12 (doze) meses:

c3.1) retardamento imotivado na execução de serviço, obra ou fornecimento de bens que implique necessária rescisão contratual;

c3.2) não pagamento de multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas;

c4. de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses:

c4.1) apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados;

c4.2) declaração falsa;

c4.3) condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos relacionados ao contrato;

c4.4) paralisação do serviço, obra ou fornecimento de bens sem justo motivo e prévia comunicação à EMAP;

c4.5) entrega de objeto contratual falsificado ou adulterado;

c4.6) inexecução contratual da qual resultem graves prejuízos à EMAP.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A **CONTRATANTE** poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no Artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, que ocorrerá nos termos do Artigo 79 do mesmo diploma legal, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – A inadimplência de cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato assegurará a **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindido, unilateralmente, mediante Notificação por ofício entregue diretamente ou por via postal, sem prejuízo da aplicação das penalidades que se demonstrarem cabíveis, em processo administrativo regular.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contado a partir da data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação **no Diário Oficial do Estado-DOE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** fará publicar o resumo do presente Contrato no **Diário Oficial do Estado-DOE**, após sua assinatura, obedecendo ao prazo previsto no Parágrafo Único, do Artigo 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca desta Capital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em **03 (três) vias** de igual teor e forma, para um só efeito, perante **02 (duas) testemunhas** que também os subscrevem.

São Luís(MA), ____ de _____ de 2016.

Presidente da EMAP	Representante Legal da Contratada

T E S T E M U N H A S:

Pela **EMAP**	Pela **CONTRATADA**
RG nº:	**RG nº:**
CPF nº:	CPF nº:

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP

ANEXO XVI

NORMAS DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA EMPRESAS CONTRATADAS E PRESTADORAS DE SERVIÇO NO PORTO DO ITAQUI

01 - OBJETIVO

Estas instruções visam orientar e definir procedimentos para as Empresas Contratadas, no que se refere às diretrizes Básicas de Segurança do Trabalho, Higiene Industrial na área do Porto Organizado do Itaqui, com o objetivo de preservar a integridade do trabalhador, meio ambiente e o patrimônio, assegurando a continuidade das atividades.

02 - CONCEITUAÇÃO

Para os fins desta Norma, Empresas e Contratadas ou, simplesmente Contratados, são as empresas que, mediante um instrumento contratual, executem serviços para a EMAP e tenham empregados trabalhando nas dependências da mesma.

Prestadoras de Serviço são todas as empresas que prestam serviços nas áreas sobre administração da EMAP, incluindo: Operadores, Arrendatários e prestadores de serviço.

03 - APLICAÇÃO

Estas instruções aplicam-se às Empresas referidas no item 02 e devem, obrigatoriamente, ser parte integrante dos Editais de Licitação e anexo ao contrato.

Na execução do objeto do contrato, obrigam-se, ainda, as Contratadas a respeitar a legislação vigente sobre a Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Portaria 3214/78, Programa de Gerenciamento de Segurança e Saúde Ocupacional, acatando, também, outras recomendações específicas que sejam feitas pela COSET – Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho.

04 - CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

4.1 - Precauções

A Contratada juntamente com o fiscal do contrato (EMAP), deverá comparecer junto a Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalho - COSET, antes do início das obras ou serviços, a fim de tomarem ciência das medidas a serem adotadas durante a execução dos mesmos.

Apresentar os seguintes documentos:

DOCUMENTOS	PRAZO
PCMAT	Até 48 horas antes de iniciar os serviços
PCMSO	Até 48 horas antes de iniciar os serviços
Exames médicos e ASO	Antes do início dos serviços
Certificado de treinamento 6 (seis horas)	Antes do início dos serviços
Vínculo empregatício	Antes do início dos serviços
Relação de EPI´S com os CA'S	Antes do início dos serviços

4.2 - Vistorias de Segurança

A COSET realizará, podendo ter o acompanhamento dos membros da CIPA, no desempenho de suas funções inspeções periódicas nos canteiros de obras/serviços da Contratada, visando verificar o cumprimento das determinações legais referentes à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e Meio Ambiente, assim como normas, instruções, recomendações e outros atos da EMAP sobre o assunto.

Constatadas quaisquer irregularidades, a COSET, CIPA e demais empregados da EMAP, deverão notificar o Fiscal do Contrato, que providenciará para que sejam sanadas as

irregularidades apontadas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
A EMAP poderá a qualquer tempo, solicitar a presença de representantes da Superintendência Regional do Trabalho - SRT, em suas obras, a fim de auxiliar na orientação e fiscalização do cumprimento de todas as disposições legais.
Além dos relatórios que a Contratada está obrigada a fornecer ao Ministério do Trabalho, conforme legislação vigente, obriga-se também a enviar mensalmente a EMAP, o Relatório Mensal de Acidentes. Os Relatórios deverão ser enviados a COSET, no máximo até o 3º dia útil do mês subsequente, conforme Ficha de Controle de Acidentes do PSSO.
Obs. A ocorrência de qualquer acidente deve ser comunicado a COSET de imediato (mesmo turno da ocorrência), através do telefone 3216 - 6053 e 3216-6087.

4.3 - Suspensão dos Trabalhos por Motivo de Segurança

4.3.1 - A EMAP se reserva o direito de suspender qualquer trabalho em que se evidencie risco iminente de ameaça à segurança e/ou danos às pessoas, bem como no ambiente de trabalho, ficando estabelecido que estas suspensões não eximem a Contratada das obrigações e penalidades estabelecidas no Contrato, referentes a prazos e multas.

4.3.2 - O não cumprimento das Normas acarretará à Contratada a suspensão de medições, pagamentos e/ou serviços pela EMAP, sem prejuízo das obrigações e penalidades contratuais referentes a prazo.

05 - CIPA

Conforme o quadro I da NR5, a Contratada procederá da forma abaixo.

5.1.1 - Com número inferior a 20 (vinte) empregados, deverá escolher um **responsável** pelo **cumprimento** das atribuições da NR 05 e, consequentemente oficializá-los perante a COSET e CIPA da EMAP.

5.1.2 - Com número igual ou superior a 20 (vinte) empregados deverá formar sua CIPA e, oficializá-la em 30 dias após mobilizações dos canteiros de obra.

Nota:
As Contratadas deverão apresentar a COSET e CIPA evidências objetivas de suas CIPA's, obedecendo rigorosamente a NR 05. Também deverá constar programa de conscientização de seus empregados, quanto à prática de segurança, por exemplo: reuniões periódicas, campanhas, treinamentos, etc.

06 - SESMT

6.1- As Contratadas deverão possuir Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, de acordo com o Quadro I, da NR 4, Portaria 3.214/78.

6.2 - As Contratadas deverão apresentar registro profissional dos integrantes de seus respectivos SESMT na SRT à COSET.

07. TREINAMENTO DE SEGURANÇA

As Contratadas que possuírem o SESMT deverão apresentar cronograma de treinamento, contendo local, conteúdo programático, carga horária, antes do início das atividades na EMAP. Após realização dos cursos deverão ser enviadas as listas de presença para a COSET.
O treinamento ministrado pelo SESMT das Contratadas deverá conter no mínimo o conteúdo e carga horária do programa definido na NR 18.
Quando necessário a COSET, convocará novamente os empregados das Contratadas para o treinamento de reciclagem.
O Crachá definitivo para acesso a EMAP só será reconhecido após conclusão do curso citado acima, onde a COSET emitirá selo de validade.

8 - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – PGSSO.

As Contratadas obrigatoriamente deverão fazer uso das ferramentas de prevenção de acidentes, constantes do Programa de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional da EMAP.

9 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI's

A partir do Portão de acesso a área primária os empregados deverão fazer uso obrigatório de **capacete de segurança, botina de segurança e óculos de segurança**, não sendo permitido o acesso a pé sem uso dos mesmos.

9.1 - É obrigação da Contratada envidar todos os esforços no sentido de eliminar quaisquer riscos de acidentes e danos à saúde de seus empregados, através de medidas de proteção coletiva.

9.2 - Quando as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis, ou não oferecerem completa proteção aos empregados, ou enquanto estas medidas estiverem sendo implantadas e/ou em situações de emergência, a Contratada obriga-se a fornecer aos seus empregados Equipamentos de Proteção Individual - **EPI's,** conforme NR 6 da portaria 3.214 de 08.06.1978.

9.3 - As Contratadas deverão treinar seus empregados quanto ao uso dos EPI's e torná-lo obrigatório.

9.4 - É obrigação da Contratada o fornecimento gratuito aos seus empregados e de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, com certificado de aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme a norma Regulamentadora NR 06 , da portaria 3.214/78 e/ou normas internas que possam vir a ser estabelecidas pela EMAP.

9.5 - As Contratadas antes do início das atividades deverão apresentar a COSET (Segurança do Trabalho) amostras dos EPI's a serem utilizados, onde o Engenheiro de Segurança analisará, podendo ou não aprová-los.

Os serviços só poderão ser iniciados quando os empregados das Contratadas ou Subcontratadas estiverem equipados com os EPI's adequados.

10 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS NO CANTEIRO DE OBRAS

10.1 - Não é permitida a construção de qualquer alojamento, escritório de campo, depósito ou barracão em área da EMAP sem a sua autorização, por escrito, através do órgão responsável pela obra.

10.2 - Os alojamentos, escritórios de campo, depósitos ou barracões devem ser identificados com emblemas ou logotipo da Contratada.

10.3 - Os alojamentos, escritórios de campo, devem ser mantidos pintados, limpos, arrumados em perfeitas condições de segurança, cabendo ao fiscal do contrato e a **COSET** e/ou **CIPA** da EMAP, fazer a devida fiscalização.

11 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS / VESTIÁRIOS

A Contratada obriga-se a adquirir ou construir instalações sanitárias no seu canteiro de obras ou áreas de atuação, de conformidade com a legislação vigente, obedecendo as instruções especificadas na NR-18.

12- LOCAL PARA REFEIÇÃO / ÁGUA POTÁVEL

12.1 - A Contratada deve providenciar, em seu canteiro de obras, dependências que atendam aos requisitos de limpeza, arejamento e iluminação, onde seus empregados possam guardar e fazer suas refeições, de forma a atender a NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - Portaria 3.214.

Nota

Quando houver locais com instalações já definidas para empresas Contratadas, a EMAP, durante a vigência do contrato, colocará aquelas instalações à disposição da Contratada, responsabilizando-a por quaisquer danos às referidas instalações.

13 - RESÍDUOS E ENTULHO DE OBRAS

13.1 A Contratada é responsável pela coleta seletiva de Resíduos e limpeza de entulho de obras em seus acampamentos, escritórios e frentes de serviços, devendo ser obedecidas as Normas Regulamentadora NR-24 e 25, da

Portaria 3.124, do Ministério do Trabalho e orientação da COSET (Meio Ambiente).

13.2 É de responsabilidade da Contratada providenciar vasilhames descartáveis e sacos plásticos para coleta e acondicionamento dos resíduos e resto de alimentos, os quais deverão ser destinados a um aterro sanitário, em locais a serem definidos pela fiscalização do contrato e a COSET (Meio Ambiente), onde não houver ponto de coleta de Resíduos.

13.3 Os Resíduos e o entulho de obras só poderão ser depositados na EMAP, nos locais determinado pela gerencia de contrato, podendo ainda a EMAP proibir o depósito em locais fora de sua área uma vez comprovado que a comunidade vizinha possa ser prejudicada.

13.4 A responsabilidade pela manutenção da ordem nos locais de depósito de Resíduos e de entulhos de obras é exclusiva das Contratadas que os utilizam, devendo as áreas ser mantidas permanentemente limpas.

14 - ELETRICIDADE

14.1 A ligação à rede de distribuição de energia elétrica da EMAP somente poderá ser feita pelo Setor de Manutenção da área da EMAP através da solicitação do fiscal do contrato.

14.2 Somente é permitida a execução de serviços em redes de alta tensão, ou próximo às mesmas, após desenergizar o sistema elétrico em questão, com a autorização do Setor de Manutenção da área.

14.3 A troca de fusíveis somente pode ser feita pelo setor de Manutenção da EMAP.

14.4 Qualquer ligamento ou desligamento de painel elétrico, somente poderá ser efetuado pelo setor de Manutenção da EMAP, provido com cartão de bloqueio e solicitado pelo Fiscal do Contrato.

14.5 A execução de instalações elétricas provisórias no canteiro de obras deve atender, quanto à segurança, ao disposto na Norma Regulamentadora nº 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR 10 - Instalações e Serviços de Eletricidades - com redação dada pela Portaria 3.214.

14.6 Os profissionais da Contratada que exerçam atividades relacionadas com eletricidade deverão atender todas as exigências da NR 10 Instalações e Serviços com Eletricidade e conhecimento da Norma de Bloqueio da EMAP.

15- ÁGUA / ESGOTO / GÁS/ AR COMPRIMIDO

15.1 As ligações de água, esgôto, gás e ar comprimido, somente podem ser executadas pelos órgãos competentes da EMAP, ou sob sua orientação direta.

15.2 Os trabalhos sob ar comprimido devem, obrigatoriamente, obedecer aos dispositivos legais vigentes (NR 15), bem como as Normas oriundas da EMAP.

15.3 - É obrigatório o uso de unidade purificadora de ar comprimido nos serviços de jateamento para trabalhos com duração acima de 02 horas, sendo aconselhável o uso do unificador de ar. A saída do ar para o usuário deve ser feita através de engate rápido, ou por um bico. A regulagem do fluxo do ar pode ser feita no painel de distribuição, ou no conjunto do cinto do usuário.

16 - DEPÓSITO, MANUSEIO, TRANSPORTE E AVISO APROPRIADOS PARA PRODUTOS INFLAMÁVEIS/CORROSIVOS E TÓXICOS.

16.1 O manuseio, transporte, armazenamento e uso de produtos inflamáveis, corrosivos e tóxicos deverão ser feitos de acordo com a Norma Regulamentadora 19, da Portaria 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho. A Contratada será a única responsável por qualquer dano ou consequência de acidentes em quaisquer destas atividades.

16.2 Os depósitos de inflamáveis, corrosivos e tóxicos devem situar-se em locais apropriados, determinados pelo Fiscal do contrato, ouvido a COSET (Segurança do Trabalho), e devidamente protegidos, sinalizados e isolados, de conformidade com a legislação e normas vigentes. A esses locais só deverão ter acesso às pessoas credenciadas e que percebem o Adicional de Periculosidade ou Insalubridade, se devido.

16.3 - O transporte de inflamáveis deve ser feito, obrigatoriamente, em recipientes e/ou carros-tanques apropriados e equipados com extintores de incêndio adequados e devidamente sinalizados.

16.4 - Avisos de "É PROIBIDO FUMAR" e "INFLAMÁVEIS" devem ser colocados em locais de fácil visibilidade, onde haja perigo de presença de vapores ou materiais inflamáveis.

17 - OBRAS DE CONSTRUÇÃO, DEMOLIÇÃO E REPAROS.

17.1- Armazenamento e Estocagem de Materiais

Os materiais empregados nas construções devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas ou saídas de emergências e não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos, obedecendo as instruções especificadas na NR-18.

17.2- Demolição

Antes de ser iniciada qualquer obra de demolição, as linhas de abastecimento de energia elétrica, água, gás e as canalizações de esgotos e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas ou protegidas, respeitando-se normas e determinações especificadas na NR-18.

17.3 - Andaimes

Os andaimes devem ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas de trabalho a que estarão sujeitos, respeitando-se normas e determinações especificadas na NR-18.

17.4 - Manuseio de Materiais e Transporte de Pessoas e de Materiais

Nos trabalhos de aplicação de laminados e pisos fixados por cola, bem como em qualquer trabalho que utilize solvente inflamável ou tóxico, devem respeitar as normas e determinações especificadas na NR-18.

17.5 - Serviço de Jateamento e Pintura

Os serviços de Jateamento devem ser executados dentro da condição de segurança exigida, respeitando as normas e determinações especificadas na NR-18.

18 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

A Contratada deve dispor de equipamentos de proteção e combate a incêndios, mantidos nas instalações provisórias do canteiro de obras, nos diversos locais de trabalho, veículos e equipamentos de sua propriedade, cuja execução deve estar de acordo com orientação da COSET ((Segurança do Trabalho), respeitando as normas e determinações especificadas na NR-23 e NR 18.

19- NORMAS LEGAIS DE SEGURANÇA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Visando prevenir acidentes com seus empregados, bem como o pessoal da EMAP que transita ou trabalha em área adjacentes às obras, a Contratada deve, obrigatoriamente adotar as medidas de proteção constantes da Norma Regulamentadora NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - com redação pela Portaria nº 4/95.

20- PCMSO- PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL

Contratada deverá proceder aos exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho e de mudança de função, conforme especificado na NR 7 – PCMSO.

21 - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

21.1- A Contratada deverá comunicar a COSET (Segurança do Trabalho), todo acidente grave ou não que implique lesão pessoal, dano à propriedade perda material ou de tempo ocorrido com o seu pessoal por escrito ou por meio eletrônico, no máximo até 12 horas após o ocorrido.

21.2 - Informar a COSET, a entidade médica à qual deverá ser encaminhado seu pessoal em caso de acidentes do trabalho.

22 - PROTEÇÃO CONTRA AGRESSÃO AMBIENTAL

22.1- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao assunto.

22.2- É terminantemente proibido:

⇒ Lançar quaisquer produtos agressivos (sabão, óleo, combustíveis, detergentes), resíduos líquidos ou sólidos de qualquer espécie, nocivos à vida animal e vegetal em geral, em águas interiores, no solo, no ar e mar.

23 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

23.1- Caso haja alguma situação provocada direta ou indiretamente pela Contratada, de forma que as consequências venham recair ou serem incutidas a EMAP, sem prévia consulta relativa ao problema, à Contratada será responsabilizada pelo fato, por omissão de informação.

23.2- As irregularidades encontradas serão notificadas ao Órgão de Contratação, sendo adotadas, conforme a gravidade do problema levantado, medidas cabíveis, podendo inclusive ser efetuadas multas ou rescisão do contrato.

23.3 - Obrigam-se ainda, as Contratadas a respeitar a Legislação vigente sobre Segurança e Medicina do Trabalho, acatando outras recomendações específicas que, nesse sentido, sejam determinadas pela EMAP através da COSET, no documento Contratual.

23.4- A Contratada deverá através do **SESMT e/ou CIPA**, desenvolver as atividades pertinentes às áreas de Segurança e Medicina do Trabalho de forma a cumprir a Legislação e atender às solicitações da contratante, no caso de inspeção da DRT da Região, incluindo-se, por exemplo, o MAPA DE RISCO AMBIENTAL (NR 9 - com redação dada pela Portaria nº 25 - 29/12/94).

24 - VEÍCULO DE GRANDE PORTE

Todos os veículos de grande porte tais como: moto niveladoras, tratores, pás mecânicas, carregadeiras, caminhões, guindastes e outros deverão possuir sinalização sonora quando estiverem em marcha ré.

24.1 O deslocamento de veículo de grande porte com excesso lateral ou de altura, fora das áreas operacionais, deverão se fazer com o auxílio de batedor e devidamente sinalizado.

25- VISITAS TÉCNICAS

Por ocasião das visitas Técnicas das Contratadas nas áreas operacionais da EMAP, os seus representantes deverão portar e usar equipamentos de proteção individual básicos (capacete, sapato fechado, e óculos de segurança) e outros, conforme recomendação da área.

26 - TRÂNSITO- VEÍCULO MOTORIZADO- TRANSPORTE DE PESSOAS

Os veículos de propriedade da Contratada ou a seu serviço somente podem transitar pelas áreas da EMAP quando devidamente autorizados pelo órgão competente , que deve fornecer identificação especial, a ser afixada em local bem visível desses veículos, respeitando as normas e determinações especificadas na NR-18.

26.1- Transporte de empregados

O transporte de pessoas só poderá ser executado em veículo destinado a esse fim, ficando vedado o transporte em veículo adaptado, carroceria de camionetas, etc.

26.2- Crachá

É obrigatório o uso do crachá por parte dos empregados da Contratada, sendo necessário a sua apresentação sempre que solicitados por parte da segurança patrimonial da EMAP.

26.3- Veículos

A Contratada deve informar antes do início da obra a relação de veículos com suas respectivas características: tipo, marcas, cor e placa, todos acompanhados do xerox do DUT e conter a logomarca da empresa ao qual presta serviço.

27 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

27.1- A ação ou omissão da EMAP não anula nem invalida a responsabilidade da Contratada, quanto à prevenção e/ou consequência de

acidentes ocasionais por seu pessoal, veículos e equipamentos.

27.2- A presente Norma aplica-se igualmente a qualquer outra pessoa física ou jurídica devidamente autorizada pela EMAP ou pela Contratada, que se encontrar dentro de sua área.

27.3- A EMAP se reserva ao direito de modificar ou acrescentar novas exigências sobre Segurança e Medicina do Trabalho sempre que julgar necessário para aperfeiçoamento das condições de segurança e proteção de pessoal, equipamentos, materiais e instalações.

27.4- Relacionamento EMAP/Contratadas - todos os assuntos entre a EMAP e Contratadas deverão ser tratados através do fiscal de Contrato, que terá assistência de todos os órgãos da empresa.

27.5- As Empresas Contratadas deverão conhecer e seguir os Procedimentos de Segurança legais e Normas da EMAP.

27.7- A Contratada deverá elaborar Ordem de Serviço, conforme determina a NR 01, item 1.7 e entregar uma cópia, solicitando conhecimento de todos os seus empregados e enviar um modelo dessa O.S. para a Segurança do Trabalho **da EMAP**.

27.8- As empresas Contratadas, Operadoras Portuárias e Arrendatários que subcontratarem mão de obra, equipamentos e veículos para executar trabalhos na área alfandegada do Porto do Itaqui, deverão garantir boas condições de operacionabilidade dos equipamentos e veículos, bem como, a identificação da empresa tomadora dos serviços nos veículos e equipamentos de forma indelével, bem visível; garantir também que a mão de obra use os EPI's obrigatórios para as áreas operacionais, não sendo permitido o uso de bermudas, chinelos e camisetas.

27.9- Toda e qualquer dúvida pertinente ao assunto, deverá ser dirimida sob consulta à COSET.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016-EMAP
ANEXO XVII
REGRAS DE OURO NO TRÂNSITO DO PORTO DO ITAQUI

PORTO DO ITAQUI EMAP

Portaria nº 358/2015 – PRE

O Presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 12.815/13, que estabelece na esfera de atuação da Administração do Porto a fiscalização das operações portuárias, com zelo para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

RESOLVE:

I - Determinar a obrigatoriedade o cumprimento das **Regras de Trânsito do Porto do Itaqui, a saber:**

- Manter os faróis sempre acessos, mesmo que de dia;
- Estacionar o veiculo sempre a ré;
- Estacionar somente nos estacionamentos regulamentados;
- Proibido o transporte de pessoas nas carrocerias dos veículos utilitários e caminhões;
- Manter todos os dispositivos de funcionamento e sinalização do veículo em perfeito estado de conservação;
- Dê preferencia aos pedestres;
- Proibido o uso de rádios, celulares ou dispositivos "mão livre" (viva voz, fones de ouvido, bluetooth), enquanto estiver dirigindo;
- Ao desembarcar os passageiros do veículo dê a preferencia em locais onde haja acostamento ou calçadas. Evite com que eles desçam para a pista, proporcionando assim perigos de colisão;
- Ao observar as placas de PARE, não quer dizer que é somente para reduzir, mesmo que nenhum veículo esteja atravessando a via, você deve parar;
- Carros de passeio devem dar prioridade aos veículos pesados e máquinas;
- Fique atento a sinalização da linha férrea, pois, há movimentação de trens dentro da poligonal;
- Não conduzir veículos utilizando chinelos;

II – Revogar disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

São Luís, 19 de agosto de 2015.

Eduardo de Carvalho Lago Filho
Presidente da EMAP

Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP | Porto do Itaqui | São Luís | Maranhão | Brasil
Av. dos Portugueses s/nº | CEP 65085-370 | Tel.: +55 (98) 3216-6000 | Fax: 3222-4807
comunicacao@emap.ma.gov.br | emap.ma.gov.br
AUTORIDADE PORTUÁRIA